



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS - SRP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

O Município de Alvorada de Minas/MG, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede Administrativa na Av. José Madureira Horta, nº 190 – Centro, Alvorada de Minas/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.303.164/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Danilo Clessio Ferreira, por intermédio da sua Comissão de Pregão, devidamente constituída através da Portaria nº84 e nº102, de 02 de janeiro de 2025, torna público que realizará **Pregão Eletrônico**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, Decretos Municipais nº 016/2024 e nº 05/2024, e demais normas pertinentes, visando a aquisição de EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL EPIS, destinados a demandas internas, bem como às atividades administrativas e operacionais das Secretarias Municipais de Alvorada de Minas, segundo especificação constante no Termo de Referência (Anexo VI), parte integrante deste Edital, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Portal de Compras Eletrônicas da LICITAR DIGITAL”, as propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$558.185,42 (quinhentos e cinquenta e oito mil cento e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 10/07/2025 09:00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

Aberto

Intervalo de lances: R\$0,10 (dez centavos).

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

EDITAL DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP), DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0072/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0021/2025 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0021/2025

1. DO FUNDAMENTO:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS-MG, por intermédio da Divisão de Compras e Licitações, realizará a Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, em sessão pública a ser realizada na Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br) a qual, conforme especificado no ANEXO VI deste edital, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decretos Municipais nº 016/2024 (regulamento geral) e nº 005/2024 (artigos de luxo) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresas para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL EPIS, PARA OS PROFISSIONAIS PERTENCENTES AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS para atender às demandas e manutenção das atividades da Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão todos os interessados do ramo de atividades pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento constantes neste Edital e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras Eletrônico utilizado pela Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas (www.licitardigital.com.br).

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Portal de Compras em tempo hábil, antes do horário fixado no Edital para o encerramento de recebimento das propostas.

4.2. A Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas está isenta de quaisquer custos de operacionalização e uso do sistema www.licitardigital.com.br, ficando a cargo do(a) licitante os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a promotora do sistema, de acordo com o termo contratual ajustado entre as partes (Licitante/Portal de Compras Eletrônicas da LICITAR DIGITAL) referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.7 Não poderão disputar esta licitação:

4.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.7.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.7.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.7.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.7.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8 O impedimento de que trata o item 4.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.2 e 4.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.10 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

4.11 O disposto nos itens 4.7.2 e 4.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.12 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.13 A vedação de que trata o item 4.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

5.1 O Sistema de Registro de Preços, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) do Portal de Compras Eletrônicas da LICITAR DIGITAL (www.licitardigital.com.br).

5.2 Os trabalhos serão conduzidos por servidor público da Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas/MG, Agente de Contratação denominado PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica do Portal de Compras Eletrônicas da LICITAR DIGITAL (www.licitardigital.com.br), com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as atribuições, constantes das regras aplicáveis à matéria.

5.3 As comunicações prévias à sessão de disputa de lances, referentes ao certame serão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas, em www.alvoradademinas.mg.gov.br; no site do Portal de Compras Eletrônicas da LICITAR DIGITAL, em www.licitardigital.com.br; ou publicadas no Diário Oficial do Município de Alvorada de Minas. As demais condições constam no presente edital e seus anexos.

5.4 As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Pregoeiro, sito à Av. José Madureira Horta, nº 190, Centro – Alvorada de Minas/MG, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 15h00min, ou pelo telefone (31) 3862-1211/1311, ou ainda, através do e-mail licitacao@alvoradademinas.mg.gov.br alvoradademinas@gmail.com.

5.5 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

6 DO CREDENCIAMENTO, DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas ao Portal de Compras Eletrônicas da LICITAR DIGITAL, a qual por meio de seu operador designado indicará implícito conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.2 O acesso do operador ao pregão, para efeito de registrar a proposta e dar lances em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

6.3 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Portal de Compras Eletrônicas da LICITAR DIGITAL.

6.4 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Portal de Compras Eletrônicas da LICITAR DIGITAL a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.5 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.6 A participação no Pregão, na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços e inserção dos respectivos documentos de habilitação exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados, data e horário limite estabelecido.

6.7 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

6.8 É vedado ao licitante identificar-se em sua proposta ao lançá-la no sistema ou no decorrer da sessão do pregão, sob pena de desclassificação do licitante.

6.8.1 A desclassificação de que trata o subitem 6.8, não ocorrerá nos casos em que for solicitado a inserção de planilhas, fichas técnicas, catálogos ou outros elementos, e esses terem sido anexados pela licitante sendo fabricante e a marca ofertada sendo o seu nome empresarial.

6.9 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através dos contatos disponíveis no portal eletrônico www.licitardigital.com.br.

6.10 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.11 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.12 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

6.13 COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

() Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

() Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

() Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

() Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como **MEI/ME/EPP**, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, observado também o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Federal n. 14.133/2021. Em caso de **cooperativa**, marque a opção ao qual se equipara ao seu faturamento.

DECLARAÇÕES DO ARTIGO 60 DA LEI 14.133/2021:

Declaro que possuo em minha empresa políticas para promoção ações de **equidade entre homens e mulheres** no ambiente de trabalho, nos termos do art. 60, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 c/c Decreto nº 11.430/202 do Governo Federal.

Declaro que possuo em minha organização/empresa/pessoa jurídica, **programa de integridade**, conforme orientações dos órgãos de controle, nos termos do art. 60, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;

Declaro que, os **bens e serviços prestados** por minha organização/empresa/pessoa jurídica **foram produzidos e ou são prestados no território do Estado** do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize, nos termos do art. 60, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;

Declaro que os **bens e serviços prestados** por minha organização/empresa/pessoa jurídica foram **produzidos e ou são prestados por Empresa Brasileira**, nos termos do art. 60, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21;

Declaro que os **bens e serviços prestados** por minha organização/empresa/pessoa jurídica foram **produzidos e ou são prestados por empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País**, nos termos do art. 60, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/21;

Declaro que minha organização/empresa/pessoa jurídica empresas possui **processos de mitigação**, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 e art. 60, §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;

6.14 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6.15 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.16 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

6.17 Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, o Pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

6.18 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão. Sobretudo o andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal “www.licitardigital.com.br”, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

6.19 O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.20 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.11 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, sendo que o registro da proposta pressupõe o pleno conhecimento, aceitação e atendimento das condições do Edital, inclusive com relação às quantidades, aos prazos, forma de entrega dos produtos, forma de apresentação de declarações e documentos de habilitação.

7.12 A licitante deverá observar o descritivo do item, constante deste edital e seus anexos, bem como as cláusulas presentes neste instrumento. A apresentação de proposta subentende que o licitante observou os descritivos e que cumpre plenamente as exigências do edital e seus anexos, não podendo alegar desconhecimento dessas disposições.

7.13 Cabe ao licitante se inteirar dos dados indispensáveis a apresentação da proposta, sendo que os preços a serem propostos deverão cobrir quaisquer despesas que incidam ou venham incidir sobre a execução do objeto deste certame ou quaisquer dificuldades inerentes.

7.14 Nos preços deverão estar incluídos todos os custos necessários à entrega dos produtos licitados na forma estabelecida neste edital, incluindo todos os tributos incidentes, taxas ou despesas adicionais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, emolumentos, fretes, seguros, deslocamento e riscos de entrega (quando for o caso), transporte, carga, descarga, empilhamento e embalagem, quando for o caso, além de outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo final dos produtos.

7.15 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.16 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.17 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

7.18 A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita execução do objeto desta licitação será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

7.19 A inclusão de outras condições de pagamento não previstas neste Edital não será considerada para qualquer fim.

7.20 O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.21 Os licitantes deverão ofertar preços de mercado para os produtos, sendo opcional à Administração verificar por meio de diligências, eventuais superfaturamentos ou discrepâncias nos preços obtidos na licitação e desclassificar as propostas inadequadas.

7.22 No preenchimento da proposta eletrônica deverão obrigatoriamente ser informadas no campo próprio as marcas e modelos dos produtos ofertados e os valores unitários e totais (com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula). A não inserção destas informações neste campo implicará na desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta. Exceto nos casos de serviços, no qual não é exigido a apresentação de marca e modelo.

7.23 Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

7.24 As licitantes deverão ANEXAR à sua proposta eletrônica em campo próprio no Portal de Compras Eletrônicas da LICITAR DIGITAL (catálogo), o catálogo, manual técnico, prospecto, folder, folheto e/ou cópia da página do site do fabricante do produto ofertado, compatível(is) e adequado(s) à especificação, em português ou traduzidos, devendo este(s) ser(em) igual(is) ou superior(es) ao descrito no Termo de Referência do Edital, incluindo a especificação de marca e modelo e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as configurações cotadas. A não apresentação dos catálogos poderá acarretar na desclassificação do item e/ou da proposta. **Quando for exigida a apresentação de catálogo e demais documentos, será informado no Termo de Referência.**

7.25 A cotação de duas marcas/modelos para o mesmo item acarretará na desclassificação do licitante para o lote.

7.26 A marca e modelos ofertados no Portal de Compras Eletrônicas da LICITAR DIGITAL deverão ser os mesmos do catálogo sob pena de desclassificação do lote.

7.27 A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

7.28 Ficará sujeita à aplicação das penalidades, a licitante que deixar de apresentar os documentos solicitados neste edital, ou apresentá-los de forma defeituosa, desde que constatada a má fé.

7.29 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7.30 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo órgão competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

7.31 O não atendimento das especificações contidas neste edital acarretará na desclassificação da proposta.

8 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.11 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio eletrônico, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

8.12 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9 Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao Pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários itens/lotes da mesma licitação.

8.9.1 Em regra, a disputa simultânea de lotes obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o Pregoeiro poderá efetuar a abertura da disputa de itens/lotes selecionados fora da ordem sequencial.

8.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.10.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.10.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens/lotes anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 8.10.4** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.10.5** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.11** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.12** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.13** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.14** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.15** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.16** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.17** O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 8.17.1** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.17.2** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.17.3** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.17.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.18** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 8.18.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 8.18.1.1** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 8.18.1.2** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 8.18.1.3** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

8.18.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.18.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.18.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.18.2.2 Empresas brasileiras;

8.18.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.18.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.21.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.21.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.21.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.21.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.21.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.22 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.23 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

8.24 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

9 DA FASE DE JULGAMENTO

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambos mantidos pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).

9.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 9.3** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 9.3.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 9.3.2** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 9.3.3** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.4** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 9.5** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o previsto neste edital.
- 9.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, que trata sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica.
- 9.7** Para o julgamento das propostas, será considerado o critério de MENOR PREÇO unitário.
- 9.7.1** Encerrada a etapa competitiva, as propostas serão ordenadas, exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO unitário.
- 9.8** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 9.8.1** Contiver vícios insanáveis;
- 9.8.2** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 9.8.3** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.8.4** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 9.9** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 9.9.1** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 9.9.1.1** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 9.9.1.2** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 9.10** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 9.10.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 9.11 DAS AMOSTRAS (QUANDO APLICÁVEL)**
- 9.11.1** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.11.2** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 9.11.3** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

9.11.4 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.11.5 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9.12 DA ESPECIFICAÇÃO DE MARCAS

9.12.1 Caso o Termo de Referência especifique marcas referências (em número não inferior a três – justificativa no ETP), o licitante classificado em primeiro lugar ficará obrigado a oferecer uma das marcas, *ou marca similar*, sob pena de não aceitação da proposta.

9.12.2 Caso apresente *marca similar* o Pregoeiro, julgando necessário, poderá requerer a comprovação da efetiva similaridade, a fim de se certificar da adequação entre o objeto oferecido pelo licitante e as condições técnicas exigidas no edital, devendo o licitante possuir meios de comprovar a similaridade da marca, por meio de ficha técnica oficial, laudos, amostras etc.

9.12.2.1 É facultado aos licitantes interessados manifestarem-se sobre a prova de similaridade.

10 DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral emitido pelo município de Alvorada de Minas, em situação válida, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.1.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação, que não estejam contemplados no registro cadastral emitido pelo Município de Alvorada de Minas, deverão ser encaminhados pelo licitante, via sistema eletrônico, no momento de cadastro de sua proposta.

10.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA – REGISTRO CADASTRAL

10.2.1.1 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.2.1.2 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.2.1.3 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.4 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

10.2.1.5 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.6 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.3 **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

10.3.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

10.3.1.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.3.1.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.1.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.3.1.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.3.1.6 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.4 **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA**

10.4.1.1 Pessoa Jurídica - certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II.

10.5 **QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL E TÉCNICO OPERACIONAL**

10.5.1.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de objetos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado para os quais o licitante já tenha prestado o objeto desta licitação.

10.5.1.2 Quando previsto quantitativo mínimo, será admitida, para fins de comprovação, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.5.1.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

10.5.1.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

10.6 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.6.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.7 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.7.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

10.8 No caso de necessidade de prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante o Departamento de Licitações, por Agente de Contratação ou membro de sua Equipe de Apoio, nomeados por Portaria, mediante apresentação do original ou cópia autenticada em cartório ou por declaração em conformidade com o [art. 12, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

10.9 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.10 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.11 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.12 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

10.12.1 A complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.12.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.12.3 O Pregoeiro, motivadamente, poderá, caso julgue conveniente para o melhor atendimento do interesse público, com vistas a favorecer a competitividade no certame, aplicar o Acórdão 1.211/2021 do TCU.

10.13 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

10.14 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.15 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11 DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, após declarado vencedor, para fins de contratação, em conformidade com a Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12. DOS RECURSOS

12.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão

12.3.1 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos, podendo o Pregoeiro dar provimento ou negar o mesmo

12.3.2 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13 DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

13.2 Encerradas as fases de julgamento e habilitação do licitante vencedor, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado para a autoridade superior que poderá:

13.2.1 Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades

13.2.2 Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

13.2.3 Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

13.2.4 Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13.3 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

13.4 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

13.5 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

14 DO REGISTRO DE PREÇOS

14.2 Para efeitos do Registro de Preços, são adotadas as seguintes definições:

14.2.1 Sistema de Registro de Preços – SRP – conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

14.2.2 Ata de Registro de Preços – Documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os quantitativos, preços, detentores da ata, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

14.2.3 Órgão Gerenciador – Órgão ou Entidade da Administração Pública Municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente;

14.2.4 Órgão Participante – Órgão ou Entidade da Administração Pública, que participou da etapa preparatória do procedimento licitatório precedente ao Registro de Preços;

14.2.5 Detentor da Ata – Licitante (s) vencedor (es) do certame na modalidade Concorrência ou Pregão, com preços registrados para futuros fornecimentos ou prestação de serviços.

14.3 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, será pelo período de 01(um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (Art. 84, Lei 14.133/2021).

14.4 O preço registrado e a indicação dos respectivos Detentores da Ata serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

14.5 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.6 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

I - a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

II - a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

14.7 A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no site oficial do município.

14.8 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

14.9A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

14.10 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14.11 A contratação com os Detentores da Ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de EMPENHO de despesa, observado o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021;

14.12 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 124 da Lei 14.133/2021;

14.13 O Preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos Detentores a Ata;

14.14 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador deverá:

I - Convocar o Detentor da Ata visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

II - Frustrada a negociação, o Detentor da Ata será liberado do compromisso assumido;

III - Convocar os demais licitantes que tiveram preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

14.15 **Quando o preço de mercado se tornar superior aos registrados**, o Detentor da Ata, mediante pedido fundamentado, devidamente instruído com os tetos necessários à comprovação dos fatos alegados, a Administração poderá:

I - manter, preferencialmente, a diferença percentual apurada na época da licitação entre o preço ofertado pelo licitante e o preço de mercado;

II - considerar o valor solicitado pelo detentor como o máximo a ser concedido para a alteração;

III - poderá deferir valor menor daquele solicitado pelo detentor;

IV - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

V - O preço registrado poderá ser revisto de ofício pelo órgão ou pela entidade gerenciadora em decorrência de eventual redução do valor praticado no mercado, ou de fato que eleve o custo do item registrado.

VI - Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes remanescentes ou integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou proceder à revogação do item, ou do lote, ou de toda a ARP, conforme o caso, adotando as medidas cabíveis para obter a contratação mais vantajosa.

14.16 O Detentor da Ata terá seu registro cancelado, total ou parcialmente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, quando:

I - descumprimento parcial ou total, por parte do detentor, das condições da ARP;

II - quando o detentor não atender à convocação para firmar as obrigações contratuais decorrentes do registro de preços, não retirar ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo órgão ou entidade gerenciadora;

III - nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato decorrente da ARP;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

IV - nas hipóteses dos preços registrados não estiverem compatíveis com os praticados no mercado e o detentor se recusar a adequá-los na forma solicitada pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, prevista no edital e na ARP, observado o disposto no art. 36 Decreto Municipal n. 16/2024 – regulamenta o SRP;

V - por razões de interesse público, reduzida a termo no processo;

VI - por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;

VII - quando o detentor for suspenso ou impedido de licitar e contratar com a administração municipal;

VIII - quando o detentor for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública;

IX - amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a administração;

X - por ordem judicial.

15 DOS PRAZOS E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

15.2 Os serviços/fornecimento ocorrerão pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021 por igual período, desde que comprovada a vantajosidade.

15.3 Os serviços deverão ser realizados em estrita conformidade com as disposições do Termo de Referência.

15.4 O Município de Alvorada de Minas/MG reserva-se o direito de não receber no todo ou em parte o serviço prestado em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório.

16 DO PAGAMENTO

16.2 A DETENTORA DA ATA deverá emitir a nota fiscal em nome da Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas/MG, somente quando solicitada pela Divisão de Contratos, oportunidade em que deverá indicar, na nota fiscal, o código de serviço adequado ao serviço prestado, bem como ao objeto da contratação.

16.3 O atesto do gestor na nota fiscal é condição indispensável para o pagamento desta.

16.4 A DETENTORA DA ATA deverá realizar as devidas retenções na Nota Fiscal, no que couber.

16.5 A DETENTORA DA ATA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação (Lei n. 14.133/2021), dentro do seu prazo de validade:

I - comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;

II - comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal;

III - comprovante da regularidade para com o FGTS;

IV - comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.

16.6 Caso a DETENTORA DA ATA não comprove a regularidade fiscal e trabalhista:

I – será emitida notificação pelo CONTRATANTE para regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício, e, caso não regularizada, será iniciado o processo de extinção contratual, com aplicação da multa rescisória;

16.7 A Prefeitura compromete-se a efetuar o pagamento até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao do fornecimento e recebimento da nota fiscal atestada pelo responsável, e após cumpridas as condições de pagamento supracitadas.

16.8 No caso do não pagamento da nota fiscal até o 10º (décimo) dia, por culpa exclusiva do Município, será efetuada a atualização monetária do 11º (décimo primeiro) dia até a data da



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

efetiva quitação, para tanto fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Administração Pública Municipal, entre a data em que o pagamento é devido e a data do efetivo pagamento, será de 6% (seis por cento) ao ano, calculada pro rata die, em observância ao que dispõem a Lei n. 14.133/2021;

16.9 O preço será fixado e irrevogável, salvo as condições previstas na Lei Federal 14.133/2021, e suas alterações e no Decreto Municipal que regulamenta o SRP.

16.10 Poderá haver reequilíbrio, sendo este solicitado pela empresa e aceito pela administração municipal, devendo a empresa solicitante apresentar elementos que comprove o aumento dos insumos.

16.11 As despesas com a presente licitação correrão a conta da Dotação Orçamentária consignadas na proposta orçamentária do exercício, sendo informada no momento da contratação. A dotação orçamentária também poderá ser informada por ocasião da emissão da Nota de Empenho

17 DAS SANÇÕES E PENALIDADES

17.2 Nos termos do previsto no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021, comete infração administrativa o licitante ou contratado que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155, quais sejam:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.3 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, também comete infração administrativa o licitante não mantiver a proposta em especial quando:

17.3.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após negociação;

17.3.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.3.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

17.3.4 Deixar de apresentar amostra;

17.3.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

17.4 Para os responsáveis pela prática das infrações administrativas previstas no item acima serão aplicadas as sanções administrativas: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de Alvorada de Minas e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

17.5 ADVERTÊNCIA: será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas nos fornecimentos, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

17.6 **MULTA:** será aplicada por infrações que obstaculizem a concretização do objeto do Pregão Eletrônico e compreenderá:

- (1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- (2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

17.7 Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o Município poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual.

17.8 Os valores relativos às multas serão pagos mediante notificação de cobrança. A partir da data de confirmação do recebimento da notificação, a CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa ou fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, sob pena de cobrança judicial.

17.9 Na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da multa no prazo fixado na notificação de cobrança, o Município inscreverá o valor em dívida ativa.

17.10 **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta do Município de Alvorada de Minas, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, III, da Lei n. 14.133/2021, e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, nos seguintes casos:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta durante o período em que estiver credenciada, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não atender às autorizações de fornecimento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado;

17.11 **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;
- b) fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

17.12 É admitida a reabilitação da credenciada perante o Município, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

17.13 Além das penalidades citadas, a(s) CONTRATADA ficará(ão) sujeitas, ainda, ao cancelamento de sua(s) inscrição(ões) no Cadastro de Fornecedores do Município e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

17.14 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração, a(s) CONTRATADA(S), conforme o caso, ficará(ão) isentas das penalidades mencionadas.

17.15 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

17.16 Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

18 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

18.12 A Gestão e a fiscalização administrativa serão exercidas por responsáveis designados pela secretaria solicitante.

18.13 Será de responsabilidade do Fiscal dar recebimento provisório dos serviços e fornecimentos, que procederá a conferência e verificação das quantidades e sua conformidade com as especificações neste Edital e da legislação de regência.

18.14 Constatadas irregularidades na execução, a Contratada será notificada e a Contratante poderá:

18.14.1 Se disser respeito à quantidade de serviço executado, especificação, vícios de qualidade, funcionamento ou impropriedade para uso, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

18.14.2 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

18.14.3 Se disser respeito à diferença de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

18.14.4 Em caso de irregularidade não sanada pela Contratada, serão encaminhados os fatos ocorridos à autoridade superior, para apuração e responsabilização.

18.15 Caso não haja qualquer improbidade explícita, será emitido o Termo de recebimento que comprove a exatidão da prestação de serviços, para posterior apresentação de nota Fiscal, pela Contratada, para fins de pagamento.

19 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.12 O inteiro teor deste edital e seus anexos ficarão à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.alvoradademinas.mg.gov.br, no seguinte link: Licitações – Editais – Pregão Eletrônico.

19.13 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

19.14 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.15 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

19.15.1 Os pedidos de esclarecimentos ou providências deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, podendo, para tanto, ser utilizado o site oficial do município, www.alvoradademinas.mg.gov.br, <licitacao@alvoradademinas.mg.gov.br e/ou licitacaoalvoradademinas@gmail.com> ou serem feitos por meio dos campos disponíveis no sistema eletrônico da plataforma, www.licitardigital.com.br.

19.15.2 As impugnações cabíveis, decorrentes dos atos oriundos da presente licitação, deverão ser fundamentadas e dirigidas ao Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial, podendo ser protocolizadas junto à Equipe de Apoio, situada na Av. José Madureira Horta, nº 190, Centro, Alvorada de Minas/MG, CEP 39.140-000, no horário das 08:00 às 16:00 horas, ou enviadas via postagem, ou ainda, por meio do site oficial do município, www.alvoradademinas.mg.gov.br, <licitacao@alvoradademinas.mg.gov.br e/ou licitacaoalvoradademinas@gmail.com > ou ainda, serem feitos por meio dos campos disponíveis no sistema eletrônico da plataforma www.licitardigital.com.br.

19.16 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.17 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

19.18 As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações serão publicadas no site oficial deste município, licitacao@alvoradademinas.mg.gov.br e/ou licitacaoalvoradademinas@gmail.com, bem como no site de realização deste certame, www.licitardigital.com.br, para conhecimento de todos os interessados, cabendo a estes acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

20 DOS PADRÕES ÉTICOS

20.12 Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do objeto, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentações apresentadas no processo, estando sujeitos às sanções previstas na legislação.

20.13 Para a execução do contrato objeto deste processo, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou administrativas, ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele relacionado, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

21 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.12 A participação neste certame implica a aceitação integral e irrevogável dos termos do Edital.

21.13 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

21.14 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.15 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.16 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

21.17 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.18 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.19 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.20 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.21 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site oficial deste município, www.alvoradademinas.mg.gov.br bem como no site de realização do certame, www.licitardigital.com.br.

21.22 O aviso do edital será publicado no Diário Oficial do Município de Alvorada de Minas, no endereço <https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/pesquisar>, em jornal de circulação, afixado no mural de avisos da Prefeitura municipal e divulgado no portal da Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas, www.alvoradademinas.mg.gov.br.

21.23 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Serro, Estado de Minas Gerais.

22 ANEXOS

22.12 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA;

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DA ATA / CONTRATO, OU PELO RECEBIMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

ANEXO IV – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V – MODELO DE CONTRATO

ANEXO VI – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO VII – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Alvorada de Minas/MG, 26 de junho de 2025.

Danilio Clessio Ferreira
Prefeito Municipal de Alvorada de Minas

Gilmar Silva Mourão
Responsável pela elaboração do edital



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO – I

MODELO DE PROPOSTA

Item	Descrição	UND	Qtde	Part. Ampla
0001	ABAFADOR PROTETOR AUDITIVO POMP MUFFLER ATENUAÇÃO DE 23 DB: POR SER DOBRÁVEL, É MUITO FÁCIL DE GUARDAR E MINIMIZAR A ENTRADA DE PARTÍCULAS PARA DENTRO DA CONCHA.	unidade	100,00	NÃO
0002	AVENTAL DE PVC IMPERMEÁVEL COM FORRO EM TECIDO DE POLIESTER NA COR BRANCO: COM ALÇA NO PESCOÇO E TIRAS REGULAGEM NAS COSTAS, TAMANHO 63 CM X 120 CM	unidade	150,00	NÃO
0003	AVENTAL DE SEGURANÇA CONFECCIONAM EM RASPA, TIRAS EM RASA E FIVELAS METALICASPARA AJUSTES, MEDIDAS 1,40X60, PROTEÇÃO DO TRONCO DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE E TERMICOS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE SOLDAGEM E PROCESSOS. INDICADO PARA ATIVIDADES DE SOLDA, METALURGICAS, SIDERURGICAS E MADEREIRAS.	unidade	20,00	NÃO
0004	AVENTAL TERMICO IMPERMEÁVEL PARA USO DE COZINHAS INDUSTRIAIS; E TAMBÉM DE PEQUENO PORTE, RETARDANTE A CHAMA COM EXCLUSIVO TRATAMENTO ATÓXICO E IMPERMEAVEL; PROPORCIONAM ELEVADO CONFORTO E EFICIENTE PROTEÇÃO CONTRA IRRADIADO E PROTEÇÃO DE LIQUIDOS QUENTES OU VAPORES. PERMITE O CONTATO COM ALIMENTOS, SEM RISCO DE CONTAMINAÇÃO.	unidade	100,00	NÃO
0005	BONÉ TIPO ARÁBE, CAPUZ DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM TECIDO DE MALHA DUPLA DE POLIESTER (HELANCA/BRIM), ABA BICO DE PATO, REFORÇO NA ABA COM TIRAS EM VIÉS, TIRAS INTEIRIÇAS EM VELCRO PARA AJUSTES NA PARTE FRONTAL. APROVADO PARA PROTEÇÃO DO CRÂNIO E DO PESCOÇO DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIA-TE	unidade	300,00	NÃO
0006	BOTA DE SEGURANÇA (CANO LONGO): TIPO IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADA EM POLICLORETO DE VINILA (PVC) INJETADO EM UMA SÓ PEÇA, FORRADA. MATERIAL DE PRIMEIRA QUALIDADE. COR:BRANCO. DIVERSOS TAMANHOS.	par	200,00	NÃO
0007	BOTA DE SEGURANÇA, TIPO IMPERMEÁVEL, DE USO PROFISSIONAL, CANO LONGO CONFECCIONADA EM POLICLORETO DE VINILA (PVC) INJETADO EM UMA SÓ PEÇA, NA COR PRETA COM SOLADO AMARELO SEM FORRO.	par	200,00	NÃO
0008	BOTINA DE SEGURANÇA COM ELÁSTICO, CONFECCIONADA EM COURO (RASPA): NA COR PRETA, 50% COM E 50% SEM BIQUEIRA DE AÇO, DORSO ACOLCHOADO, PALMILHA DE MONTAGEM NO SISTEMA STROBELL, SOLADO DE POLIURETANO MONODENSIDADE, INJEÇÃO DIRETA AO CABEDAL, COM SISTEMA DE AMORTECIMENTO DE IMPACTO.	unidade	500,00	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

0009	BOTINA PARA ELETRICISTA COM ELASTICO EM COURO VAQUETA: SOLADO PU BIDENSIDADE - COM BIQUEIRA (BICO) EM COMPOSITE, TESTADO A 14KV CONFORME NORMA NBR 12576.	par	4,00	NÃO
0010	CALÇADO STICKY SHOE. POSSUI SOLADO EM BORRACHA CONDUTIVA ANTIDERRAPANTE (SRC0 EM FORMA DE COLMEIA, PALAMILHA DE CONJUNTO ANTIMICROBIANA HIGIENIZÁVEL, COM NANO TECNOLOGIA DE ABSORÇÃO E EVAPORAÇÃO DO SUOR, AMORTECIMETO COM SISTEMA ANTITORÇÃO COR BRANCO.	par	100,00	NÃO
0011	CAMISA DE MANGA LONGA 100% ALGODÃO, NA COR VERDE LIMÃO E LISTRAS, FOTOLUMINESCENTES PERSONALIZADO COM LOGO DA EMPRESA, TAMANHO (P), (M), (G), (GG)	unidade	100,00	NÃO
0012	CANALIZADOR DE TRÁFEGO FABRICADO EM POLIETILENOLINAR DO PROCESSO ROTO MOBAGEM, COM TRAÇÃO DOS RAIOS SOLARES COM 1,29X 0,60X 0,60 mm	unidade	40,00	NÃO
0013	CAPA DE CHUVA LONGA COM CAPUZ COM AJUSTE E MANGAS LONGAS EM PVC FORRADO, GROSSO COSTURA É ÓTIMA QUALIDADE EM SOLDA ELETRÔNICA. FORRO EM POLIESTER E FECHAMENTO FRONTAL COM BOTÃO DE PRESSÃO, COMPRIMENTO DA CAPA ABAIXO DO JOELHO, TAMANHO 50% (G), 50% (GG).	unidade	250,00	NÃO
0014	CAPACETE ABA FRONTAL COM ABAFADOR E JULGAR: FEITO EM POLIETILENO DE ALTA RESISTÊNCIA.	unidade	20,00	NÃO
0015	CAVALETE PLÁSTICO DESMONTÁVEL 115X 50X 81,5 COM DE PLIETILENO.	unidade	30,00	NÃO
0016	CAVALETES EM PVC NA COR PRETO E AMARELO, TAMANHO 26X65CM, COM ESCRITO PISO MOLHADO	unidade	50,00	NÃO
0017	CONE DE SINALIZAÇÃO REFLETIVO PESADO POSSUI ESTRUTURA FLEXIVEL, QUE PERMITE UMA DURABILIDADE MAIOR POR NÃO QUEBRAR COM IMPACTO, EXCELENTE PARA SINALIZAR RODOVIAS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS. MATERIAL: COMPOSTO SINTETICO FLEXIVEL, PESO 3,5 KG DIMENSÕES DA BASE 40X 40, ALTURA 75CM, COR ZEBRADO/ LARANJA E BRANCO	unidade	100,00	NÃO
0018	CONJUNTO CALÇA E CAMISA EM BRIM TECIDO PROFFISSIONAL 100% ALGODÃO: BOA QUALIDADE E ALTA RESISTENCIA. CONFORTO DURABILIDADE E ÓTIMO VISUAL. VESTE BEM NO SETORES: INDUSTRIA EM GERAL, CONSTRUÇÃO CIVIL, ALIMENTICIO, AUTOMOTIVO, HOSPITALAR, TRANSPORTES, METALÚRGICAS, MECÂNICAS, ELETRICISTAS, PEDREIROS. CALÇA COM ELASTICO E CORDÃO NA CINTURA, 2 BOLSOS NA FRENTE E 1 TRASEIRO, FABRICADO COM FAIXA REFLETIVA OU SOMENTE FITA REFLETIVA DE 5 CM. NA COR CINZA, PERSONALIZADO COM O LOGO DA EMPRESA. TAMANHOS (P), (M), (G), (GG).	unidade	160,00	NÃO
0019	CONJUNTO DE UNIFORME ELETRICISTA NR10 RISCO: RISCO 1(I) E 2(II) COM PROTEÇÃO PARA ARCO-ELETRICO E FOGO REPENTINO É COMPOSTO DE CALÇA E CAMISA. PERSONALIZADO COM LOGO DA EMPRESA	unidade	4,00	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

0020	CREME DESENGRAXANTE ISENTO DE ABRASIVOS E SOLVENTES: REMOVE COM FACILIDADE , GRAXAS OLEOS, FULIGENS, NEGRO DE FUMO , SEM AGREDIR A PELE É BIODEGRADAVEL MELHOR CUSTO BENEFICIO UM PORTE DE 500 GRAMS RENDE 166 APLICACOES	unidade	50,00	NÃO
0021	ESCUDO DE SOLDA EM POLIPROPILENO, VISOR FIXO COM ENCAIXE PARA FILTRO DE LUZ E PLACA DE COBERTURA DE PLASTICO NA PARTE INTERNA E EXTERNA	unidade	20,00	NÃO
0022	FITA PARA PISO ANTIDERRAPANTE: ÓTIMA RESISTÊNCIA A ÁGUA, NÃO RESISTENTE A SOLVENTES. UTILIZADA NA PREVENÇÃO DE ACIDENTES EM ESCADAS, RAMPAS, AREAS ESCORREGADIAS, ETC.	unidade	500,00	NÃO
0023	FITA ZEBRADA PARA DEMARCAÇÃO DE ÁREA.: UTILIZADA PARA DEMARCAR E ISOLAR ÁREAS ONDE HAJA POSSIVEIS RISCOS DE ACIDENTES, OU SIMPLEMENTE PRECISEM SER ISOLADAS.	unidade	100,00	NÃO
0024	GARRAFA TERMICA 5 LITROS - QUENTE E FRIO: GARRAFÕES AMIGO SÃO PRODUZIDOS EM MATERIAL VIRGEM, ATÓXICO E SEM ODORE.	unidade	40,00	NÃO
0025	LUVA 100% EM BORRACHA NATURAL LÁTEX REFORÇADA NA COR LARANJA: INTERIOR FORRADO E PALMA ANTIADERENTE, A LUVA É FABRICADA COM ESPESSURA DE 0,70 MM, POR SER MAIS ESPESSE QUE AS LUVAS COMUNS DE LATEX, POSSUI EXCELENTE RESISTENCIA A ABRASÃO, RASGOS E PERFURAÇÕES, ALÉM DE UMA EXCELENTE RESISTENCIA A TRAÇÃO. POSSUI RESISTENCIA QUIMICA CONTRA ÁCIDOS, CETONAS, SAIS, DETERGENTES, ÁLCOOIS, PRODUTOS ALCALINOS E GORDURAS.	par	500,00	NÃO
0026	LUVA ALTA ELASTICIDADE E COMPACTNESS - BOWOO: COZINHA E LUVAS DE TRABALHO SÃO BEM PRODUZIDOS COM ALTA ELASTICIDADE A ATENDER ÀS SUAS MÃOS MUITO BEM, QUE AJUDA O SEU TRABALHO TAMPA FLEXIVEL COMO NADA EM SUAS MÃOS, MAIS SUAVE E DURABLE-BOWOO HPPE CORTE LUVAS RESISTENTES A USAR MATERIAL DE ALTA PERFORMANCE RESISTENTE AO CORTE QUE É PREMIADO COM O MAIS ALTO NIVEL DE EN388 23 RESISTENCIA AO CORTE COM CERTIFICAÇÃO BEM O SENTIMENTO AO TOQUE MACIO, AMPLAMENTE DISPONIVEL, NOSSAS LUVAS SAO PERFEITAS PARA O COZINHEIRO CHEFE OU ALGUEM QUE TRABALHA NA COZINHA: CORTE, DESCASQUE, ESCULTURA, PIEELING E ASSIM POR DIANTE, FÁCIL DE LIMPAR POR MÃOS OU MÁQUINA, APENAS PENDURÁ-LO NO LUGAR VENTILADO E ENTÃO VOCE PODE USA-LO NOVAMENTE.	par	15,00	NÃO
0027	LUVA COM REVESTIMENTO DE BORRACHA NITRILICA, REVESTIMENTO DE ESPUMA: CALIBRE ANTICORTE RESISTENCIA AO CORTE ATE O NIVEL 5, HPPE/FIBRA DE VIDRO/SPANDEX/NYLON, LAMINA DE CORTE RESISTENTE, ÓLEO, BOA ADERENCIA, DURAVEL.	par	100,00	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

0028	LUVA CONFECCIONADA EM VAQUETA UTILIZADA COMO PROTEÇÃO PARA AS LUVAS DE BORRACHA: PARA SERVIÇOS DE REDE ELETRICA POSSUI PUNHO DE RASPA COM FECHAMENTO E APERTO ATRAVES DE UMA CINTA DE VAQUETA E FIVELA PLÁSTICA	par	6,00	NÃO
0029	LUVA DE ALTA TENSÃO É COMPOSTA DE BARRACHA NATURAL: DESENVOLVIDA COM O INTUITO DE PROTEGER A MÃO, O PUNHO E A PARTE DO ATEBRAÇO DO USUARIO, PERMITINDO COMPLETA INDEPENDÊNCIA DE MOVIMENTO DOS DEDOS, PERMITE TRABALHO TENSÃO 500V E PICO 2500V. INDICADO PARA ISOLAMENTO ELETRICO, OFERECE PROTEÇÃO CONTRA CHOQUES ELETRICOS, QUEIMADURAS, LESÕES SÉRIAS OU MORTE.	par	4,00	NÃO
0030	LUVA DE LATEX NATURAL CORRUGADO PRO GARISS 1009: AS LUVAS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO EM LATÉX NATURAL CORRUGADO SÃO UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL, COLETA DE RESIDUOS URBANOS E INDUSTRIAIS, CARGA E DESCARGA DE MATERIAIS, COLHETA AGROINDUSTRIAL, INDUSTRIAS DE VIDROS E MANUTENÇÃO E MANUSEIO DE PEÇAS SECAS OU UMIDAS.	par	500,00	NÃO
0031	LUVA DE PROTEÇÃO CONFECCIONADA EM COURO VACUMTIPO VAQUETA NA PALMA DE DORSO EM RASPA: EDE COURO, MODELO 5 DEDOS, POSSUI REFORÇO INTERNO NA PALMA, CANO CURTO E COMPRIMENTO DE 25 CM (MEDIDA DA BORDA DO PUNHO ATE O DEDO MAIOR). ENVIAR (50% CANO LONGO E DE 50% CANO CURTO)	par	100,00	NÃO
0032	LUVA DE PROTEÇÃO, COM REFORÇO: CONFECCIONADA EM RASPA DE COURO DE TIPO 5 DEDOS COM REFORÇO NA PALMA; POSSUI TIRAS DE REFORÇO ENTRE O POLEGAR E O INDICADOR E PUNHO DE SEGURANÇA TAMBEM EM RASPA, LUVA DE PROTEÇÃO COM REFORÇO, (ENVIAR 50% CANO CURTO E 50% CANO LONGO)	par	300,00	NÃO
0033	LUVA DE SEGURANÇA TERMICA, CONFECCIONADA EM FIBRA DE POLIÉSTER(NONTECK) E GARRAFA TEX EM ALGODÃO E POLIÉSTER DE 4 FIOS, MITENE MODELO 2 DEDOS PUNHO LONGO- COMPRIMENTO TOTAL 45CM TEMPERATURA DE CONTATO DE- 25°C ATÉ 250°C(DURANTE 15 SEGUNDOS). APLICAÇÃO: COZINHA INDUSTRIAL, FORNOS, BANDEIJAS, PANE-LAS E OUTRAS ATIVIDADES PARA PROTEÇÃO TÉR-CICA.	par	50,00	NÃO
0034	LUVA EM PVC NA COR VERDE COM SUPORTE TÊX-TIL, E 46 CM DE COMPRIMENTO TOTAL. PVC DE ALTA QUALIDADE E MELHOR ADERENCIA A OBJETOS, ÚMIDOS E OLEOSOS.	par	200,00	NÃO
0035	LUVA PIGMENTADA CONFECCIONADA EM TECIDO DE ALGODÃO E TRICOTADA EM 3 FIOS: SUA CARACTE-RISTICA PERMITE RESPIRABILIDADE COM MENOS FADIGA PARA A MÃO.	par	200,00	NÃO
0036	LUVA SS1007. LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIO-NADA COM FIOS DE ELASTANO E FIBRA DE VIDRO COM POLIETILENO, REVESTIDA COM LATEXNITRILI-CO, FAZ PALMAR E PONTAS DOS DEDOS	par	300,00	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

0037	LUVA TRICOTADA FUVA TRICOTADA COM FORREO, OFERECE A MELHOR PROTEÇÃO AO CORTE DE CATEGORIA DOOM CONFORTO E DESTREZA, O BANHO NA PALMA ALMENTA A VIDA ÚTIL DA LUVA EM CONDIÇÕES ABRADIVAS E PERMITE A RESPIRABILIDADE DO DORSO DAS MÃOS. COR:CINZA TAMANHO:9 E 10	par	150,00	NÃO
0038	MACACÃO CONFECCIONADO EM PVC DUPLA FACE COM TRAMAS EM NYLON (TREVIA KP 500): POSSUI CAPUZ ACOPLADO, FECHAMENTO FRONTAL PRIMARIO POR ZIPER E FECHAMENTO SECUNDARIO EM PALA COM QUATRO PLÁSTICOS; ESPESSURA DE 0,40 A 0,42 MM. POSSUI UMA BOLSA INTERNA DO TIPO CANGURU, LUVAS E BOTAS DE PVC, ACOPLADAS ATRAVES DE SOLDA ELETRONICA; TESTADO E APROVADO PELAS NORMAS BS 3546:1977 NO LABORATORIO DO IPT; CARACTERISTICAS E APLICABILIDADE: PARA PROTEÇÃO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO, CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA. PA3 RA HIGIENIZAÇÃO UTILIZAR ÁGUA E SABÃO NEUTRO;	unidade	10,00	NÃO
0039	MACACÃO PARA RISCOS QUIMICOS. VESTIMENTA DE SEGURANÇA, TIPO MACACÃO, CONFECCIONADO E EM POLIENTILENO, FECHAMENTO FRONTAL COM ZIPER, ELASTICO NO CAPUZ, PUNHO E TORNOZELOS. PARA PROTEÇÃO DE CRÂNIO, PESCOÇO, TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUÁRIO CONTRA RISCO DE ORIGEM QUIMICA. COR:BRANCO. TAMANHO:P, M, G E GG	unidade	100,00	NÃO
0040	MANGUITO PARA BRAÇO COM PROTEÇÃO SOLAR UV. LINE-(PRETO), SEU TECIDO POSSUI TOQUE AGRADÁVEL, É MACIO E CONFORTÁVEL. SECA RAPIDAMENTE E NÃO CAUSA MAU-CHEIRO. COSTURA COM PONTO QUE NÃO MACHUCA A PELE. MÁXIMA PROTEÇÃO FPU50+ PERMANETE; TECIDO EM MALÇA 90% POLIAMIDA 10% ELASTANO; PROTEÇÃO DO BRAÇO E ANTEBRAÇO; TECIDO LEVE E CONFORTÁVEL, EXCELENTE ACABAMENTO. COR PRETO TAMANHO (P), (M), (G), (GG)	par	100,00	NÃO
0041	MASCARA DE SOLDAS COM PROTEÇÃO DOS OLHOS E FACE DO USUARIO: CONTRA IMPACTOS DE PARTICULAS VOLANTES MULTIDIRECIONAIS E RADIAÇÕES PROVENIENTES DE SERVIÇOS DE SOLDAGEM. ALGUNS MODELOS POSSUIM AJUSTE DE TONALIDADE CONTRA A INTENSIDADE DA LUZ VISIVEL. MATERIAL POLIPROPILENO COM VISOR ARTICULADOR, DIMENSÃO DA LENTE 51 MM X 108 MM.	unidade	10,00	NÃO
0042	MASCARA RESPIRATÓRIA SEMI AIR TOX II: INICADO PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATORIAS DO USUARIO CONTRA A INALAÇÃO DE PARTICULAS SÓLIDAS, QUANDO UTILIZADO COM FILTROS MECÂNICOS OU COMBINADO E CONTRA GASES E VAPORES, QUANDO UTILIZADO COM FILTROS QUIMICOS OU COMBINADOS. NRR-COM TRÊS FLANGES COM CORDÃO DE POLIPROPILENO E ESTOJO.	unidade	200,00	NÃO
0043	OCULOS DE PROTEÇÃO, LENTES DE DUROPOLICARBOBONO COM TRATAMO ANTIRISCO:HASTES EM MATERIAL RESISTENTE, VISOR CURVO PARA PROTEÇÃO LATERAL, ACOMPANHA CORDÃO DE SEGU-	unidade	200,00	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

	RANÇA, COR DAS LENTES INOLOR E CINZA			
0044	OCULOS DE SEGURANÇA MODELO AMPLA VISÃO: CONSTITUIDO DE ARMAÇÃO CONFECCIONADA EM UMA ÚNICA PEÇA EM PVC FLEXIVEL TRANSPARENTE COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO INDIRETA, COMPOSTO DE 6 VÁLVULAS, SENDO 3 DE CADA LADO DA ARMAÇÃO, VISOR DE PLASTICO INCOLOR, O AJUSTE DA FACE DO USUÁRIO E FEITA ATRAVÉS DE UM ELÁSTICO, A VEDAÇÃO LATERAL AUXILIA CONTRA LIQUIDOS EXCETO PRODUTOS QUIMICOS	unidade	100,00	NÃO
0045	OCULOS DE SEGURANÇA MODELO ESPORTIVO, ÓCULOS DE SEGURANÇA COM ARMAÇÃ, VISOR, APOIO NASAL E HASTES DO TIPO ESPATULA CONFECCIONADOS EM POLICARBONATO, PROTEGE A ÁREA DOS OLHOS CONTRA IMPACTOS DE PARTICULAS VOLANTES FRONTAIS, COR DAS LENTES CINZA E INCOLOR.	unidade	300,00	NÃO
0046	PALMILHA DE SILICONE, MATERIAL GEL PU E SILICONE, PRODUTO ORTOPÉDICO, EM GEL, SUPER CONFORTÁVEL, IDEAL PARA O DIA-A-DIA NO TRABALHO, PRODUZIDO COM AROMATIZANTE, TOTAL ABSORÇÃO DE IMPACTOS ANATÔMICA E EXTREMAMENTE CONFORTAVEL COM TECIDO ANTIBACTERIANO ORIFÍCIOS QUE REDUZEM A UMIDADE DOS PÉS.	par	50,00	NÃO
0047	PERNEIRA DE SEGURANÇA COM 5 TALAS DE PROTEÇÃO FRONTAL E PROTEÇÃO PARA JOELHO INTEGRADA: CONFECCIONADA EM COURO SINTETICO DUPLO COM PROTEÇÃO PARA CANELA 5 ALMAS DE POLIPROPILENO PROTEÇÃO PARA DORSO DO PÉ 0,5 M DE FIOS DE AÇO INTERCALADOS.	par	100,00	NÃO
0048	PISO MOEDA EMBORRACHADO, HIGIENICO E ANTIDERRAPANTE, NÃO RECECA, AGE COMO ISOLANTE ELETRICO E NÃO RETEM SUJEIRA. PODE SER USADO EM LOCAIS COMO TRAFEGO INTENSO COMO RAMPAS E ETC	metro	500,00	NÃO
0049	PROTETOR AUDITIVO AURICULAR TIPO PLUG DE INSERÇÃO DE SILICONE COM CORDÃO ATENUAÇÃO 13DB	unidade	50,00	NÃO
0050	PROTETOR FACIAL TOTAL: CÚPULA FABRICADA EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, VISOR EM POLICARBONATO INCOLOR, TAMANHO 200MM (8 POLEGADAS) COM CATRACA.	unidade	50,00	NÃO
0051	PROTETOR SOLAR FATOR 60: OFERECE ALTA PROTEÇÃO A PELE CONTRA OS EFEITOS NOCIVOS DA RADIAÇÃO SOLAR, AJUDANDO A PREVENIR AS QUEIMADURAS SOLARES. COM PODEROSO ANTIOXIDANTE BIOLÓGICO QUE PREVINE A PEROXIDAÇÃO LÍMPIDICA E ENVELHECIMENTO PRECOCE. ALÉM DISSO, MINIMIZA OS DANOS NA PELE CAUSADOS PELOS RAIOS INFLAVERMELHOS DEVIDO A AÇÃO ANTIOXIDANTE DO PRODUTO, AÇÃO HIDRATANTE, RÁPIDA ABSORÇÃO, TEXTURA LEVE, NÃO COMEDOGÊNICO. SEM CORANTE. DEMONINAÇÃO DE CATEGORIA DE PROTEÇÃO (DCP): PROTEÇÃO MUITO ALTA	unidade	300,00	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

0052	REPELENTE CORPORAL SPRAY DE LONGA DURAÇÃO. POSSUI ICARIDINA EM SUA FÓRMULA SENDO EFICAZ CONTRA O MOSQUITO DA ZIKA, DA DENGUE E DO CHIKUNGUNYA, SENDO EFICAZ TAMBÉM CONTRA PERNILONGOS E MURIÇOCAS. É A BASE DE ÁGUA, SEM FRAGRÂNCIA E TESTADO DERMATOLÓGICAMENTE, TEXTURA AGRADÁVEL E SECA RÁPIDO, 100ML	unidade	200,00	NÃO
0053	RESPIRADOR DESCARTÁVEL PFF2: INDICADO PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATORIAS CONTRA FUMOS, NEVOAS E POEIRAS TOXICAS: AS BESTOS (ATE 2 FIBRAS/SM), FIBRAS DE VIDRO, PÓ DE CARVÃO, CHUMBO , FERRO, SÍLICA, FUMOS, ALUMINIOS E OUTRAS POEIRAS ATÉ 10 VEZES O SEU LIMITE DE TOLERÂNCIA.	unidade	600,00	NÃO
0054	RESPIRADOR DESCARTAVEL TIPO CONCHA- 1860B PFF-2(S)/N95. CONSTITUIDO POR UMA CONCHA INTERNA DE SUSTENTAÇÃO- COMPOSTA DE NÃO-TECIDO MOLDADO EM FIBRA SINTÉTICAS POR UM PROCESSO SEM RESINA. SOBRE ESTA CONCHA É MONTADO O MEIO FILTRANTE COMPOSTO POR MICROFIBRAS TRATADAS ELETROSTATICAMENTE. A PARTE EXTERNA DO RESPIRADOR É COMPOSTA POR UM NÃO-TECIDO QUE PROTEGE O MEIO FILTRANTE EVITANDO QUE AS FIBRAS POSSAM SE SOLTAR. A ESTE CONJUNTO SÃO INCORPORADAS 2 BANDAS DE ELÁSTICO, UMA TIRA DE ESPUMA E UM GRAMPO DE AJUSTE NASAL NECESSÁRIO PARA MANTER O RESPIRADOR FIRME E AJUSTADO NA FACE DO USUÁRIO. COR BRANCA TAMANHO REGULA	unidade	300,00	NÃO
0055	TOUCA TIPO ÁRABE EM HELANCA COM FECHAMENTO EM VELCRO	unidade	50,00	NÃO
0056	SUPER EPI JUNTO A VICSA COLOCOU NO MERCADO UM KIT PERFEITO PARA SUA SEGURANÇA CONTRA QUEDAS DE LONGA ALTURA. SUGERIMOS O MODELO VICSA VIC20529 CONFECCIONADO COM CADARÇO EM POLIÉSTER BICOLOR 45MM, 4 PONTOS DE ANCORAGEM (FRONTAL, DORSAL E LATERAIS), ALÇAS NOS OMBROS PARA TRABALHOS EM ESPAÇOS CONFINADOS, APOIO LOMBAR, REGULAGEM TOTAL E INDICADOR DE QUEDA. O TALABARTE INCLUSO É EM Y COM ELÁSTICO NAS FITAS E ABSORVEDOR DE ENERGIA JUNTAMENTO COM TRAVA DUPLA, UM KIT DE TOTAL PROTEÇÃO EM ALTURA PARA O USUÁRIO.	unidade	4,00	NÃO
0057	BALACLAVA RISCO 2-BALACLAVA DE MALHA FR.ANTICHAMAS RISCO PROTEÇÃO DO CRÂNIO E PESCOÇO APLICAÇÃO DE APTV BORDADO OU ETIQUETA CONFECCIONADO COM ESTRUTURA DUPLA LINHA 100% META ARAMIDA ANTICHAMAS CONFECIONADA EM TECIDO MALHA,INTERLOCK 1852 FM,100% ALGODÃO,ATPV 15,2 CAL/CM,COM GRAMATURA NOMINAL DE 70OZ/YD (240 G/M).	unidade	20,00	NÃO
0058	LUVAS:HÉRCULIS MODELO:HJ700BV OUTRAS CARACTERÍSTICAS MATERIAL: VAQUETA/COURO É ANTIDERRAPANTE: NÃO CERTIFICAÇÕES: EN420	par	20,00	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

0059	BOTA COTURNO MILITAR BOMBEIROU: BOTA MILITAR É SEM DÚVIDAS A MELHOR OPÇÃO EM RELAÇÃO A CUSTO-BENEFÍCIO, SÃO RESISTENTES E MUITO CONFORTÁVEIS, DE EXTREMA QUALIDADE. ALÉM DE MODERNOS, SÃO DESENVOLVIDOS EM COURO, REFORÇO INTERNO DE EVA EM MANTA TRAMADA E COSTURAS DUPLAS. O SEU FORRO POSSUI TRATAMENTO ANTIBACTERIANO E ANTI FUNGOS.REFORÇADO NO BICO E TRASEIRA EM TERMOPLÁSTICO DE 2,5 MM TRAMADO.SOLADO COSTURADO 360°, FEITO EM BORRACHA ANTIDER-RAPANTE ELABORADA PARA QUALQUER TIPO DE TERRENO, RESISTENTE ATÉ 240° E A ELETRICIDADE.POSSUI PALMILHA ANATÓMICA CONFORTÁVEL EM POLIURETANO COM 1,5 CM NO CALCANHAR E 1,0 CM NA PONTA DO PÉ.O ZÍPER LATERAL É O ÚNICO ITEM EM METAL NA BOTA, AUXILIANDO O CALÇAR E FECHAMENTO DA BOTA MAIS RAPIDAMENTE E É PROTEGIDO COM COURO.POSSUI PROTEÇÕES EM TERMOPLÁSTICOS, TROCADORES DE MARCHA, GUARDA FACAS OU TESOURAS NA LATERAL.AS BOTTAS MILITARES DA SAPATOFRAN SÃO RECOMENDAS PARA TRABALHOS MILITARES, RESGATES DO SAMU, BOMBEIROS, POLICIAIS, MOTOCICLISTAS, TRABALHOS PESADOS.MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA DA SOLA NA PONTA 2,0CM.ALTURA DA SOLA CALCANHAR 3,0CM.	par	12,00	NÃO
0060	LANTERNA DE CABEÇA TURBO LED 8 COM TRÊS ESTÁGIOS DE LUZ, 2 LEDS, 4 LEDS E 8 LEDS. FARCADA EM PLÁSTICO PP, LENTE DE POLICARBONATO E BOTAÃO DE ACIONAMENTO EM PVC, COM 20 LUMENS, ALIMENTADA POR 3 PILHAS AAA, PESO DE 162 G. DIMENSÕES: 19 CM X 7 CM X 15 CM	unidade	15,00	NÃO
0061	FUMIGADOR: ESPECIFICAÇÕES CORPO (TACHO) EM AÇO GALVANIZADO 6 LITROS;TAMPA EM AÇO GALVANIZADO;GRELHA EM AÇO GALVANIZADO;BICO DE PATO EM AÇO GALVANIZADO;ALÇAS DE MADEIRA MACIÇA; FOLE EM COURVIN;MEDIDAS DO TACHO: 32CM DE ALTURA X 15CM DE DIÂMETRO;MEDIDAS TOTAL: 41CM DE ALTURA X 25CM DE DIÂMETRO;PESO:3,5KGA UNIDADE;ACIONADO COM FOLE FABRICADO EM MADEIRA MACIÇA COM TECIDO EM NAPA (COURVIN) COM TELA DE PROTEÇÃO NA ENTRADA DO AR IMPEDINDO O EMPILHAMENTO DE ABELHAS.	unidade	4,00	NÃO
0062	ROUPA DO APICULTOR :O MACACÃO PARA APICULTURA O MACACÃO PARA APICULTURA É FEITO EM BRIM DE ALTA QUALIDADE, OFERECENDO O CONFORTO E A SEGURANÇA NECESSÁRIA PARA O APICULTOR PODER TRABALHAR MAIS À VONTADE.CONFECCIONADO COM TECIDO DE BRIM E COM TELAS NO CHAPÉU, O MACACÃO DE APICULTOR FACILITA A VISÃO E A CIRCULAÇÃO DE AR. O CONJUNTO É INTEIRO, COM A MÁSCARA COSTURADA AO MACACÃO, TENDO FECHO DE ZÍPER PARA MELHOR PROTEÇÃO DO APICULTOR.ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TECIDO DE BRIM;TELAS NA MÁSCARA; CONJUNTO INTEIRO, A MÁSCARA É COSTURADO COM O MACACÃO;FECH	unidade	4,00	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

	DE ZÍPER;TAMANHOS: M,G			
0063	<p>CAPACETE CLASSE III : A EQUIPAMENTO FUNDAMENTAL PARA TRABALHO EM ALTURA E NA MAIORIA DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS. OS CAPACETES PROTEGEM AO TRABALHADOR EM CASO DE QUEDA DE OBJETOS OU DO PRÓPRIO USUÁRIO.TIPO III – CLASSE A –PESO: 437 G CASCO CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) COM PROTEÇÃO UV. DUAS FENDAS LATERAIS (SLOTS) PARA ACOPLAMENTO DE ACESSÓRIOS.CINCO ORIFÍCIOS LATERAIS QUE APERFEIÇOAM A VENTILAÇÃO.TRÊS ÁREAS COM ACABAMENTO POLIDO PARA PERSONALIZAÇÃO DO CAPACETE.SISTEMA DE AJUSTE PERIMÉTRAL FORMADO POR CARNEIRA DE CONTOURNO FABRICADA EM PEAD, COM CATRACAGIRATÓRIA LOCALIZADA NA NUCA, QUE PERMITE UMA REGULAGEM PRECISA, ATINGINDO UM PERÍMETRO MÍNIMO DE 52 CM E MÁXIMO DE 64 CM.CARNEIRA DOTADA DE MATERIAL ACOLCHOADO DE POLIETILENO RETICULADO COM CANAIS DE VENTILAÇÃO, TOTALMENTE REMOVÍVEL PARA HIGIENIZAÇÃO OU TROCA.ESPUMA DE CONFORTO SUPERIOR ACOPLADO À COROA QUE ATUA COMO AMORTECEDOR.SISTEMA DE SUSPENSÃO INTELIGENTE DE AMORTECIMENTO QUE MANTÉM UMA DISTÂNCIA UNIFORME ENTRE O CASCO E A CARNEIRA E ENTRE O CASCO E O TOPO (COROA). ESSA FOLGA MANTÉM O CASCO ISOLADO DA CABEÇA, PERMITINDO QUE O SISTEMA DE SUSPENSÃO TENHA ESPAÇO SUFICIENTE PARA ABSORVER A ENERGIA DECORRENTE DE UM IMPACTO.FITA JUGULAR TOTALMENTE REGULÁVEL COM SISTEMA DE AJUSTE QUE PERMITE MANTER A SOBRA DE FITA SEMPRE AJUSTADA E COMPACTADA, EVITANDO ACIDENTES.ACOMPANHA CLIPES PARA INSTALAÇÃO DE LANTERNA DE CABEÇA FRONTAL (4 UNIDADES).NORMA NBR 8221 BASEADA EM NORMAS EN 307:1995, ISO 3873:1997 E ANSI Z89.1 CA: 44761.</p>	unidade	15,00	NÃO

Local, data e dados da empresa.

Obs: Planilha em Excel disponível também na plataforma da Licitar Digital em “DOCUMENTOS COMPLEMENTARES”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO – II

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA

Declaro sob as penas de lei que a empresa _____ sediada na Rua (Av., Al., etc.) _____, cidade _____, estado ____, inscrita no CNPJ sob nº _____ - _____, na qualidade de proponente do procedimento licitatório supra, instaurado pelo Município de Alvorada de Minas/MG, não possui em seu quadro societário Servidor Público municipal da ativa.

Cidade/UF, __, de de 2025.

Nome e Assinatura do representante da empresa

Obs: esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO – III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DA ATA / CONTRATO, OU PELO RECEBIMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

Eu (nome completo), cargoportador(a) da Carteira de
Identidade nº e do C.P.F. nº representante legal da empresa
(nome da pessoa jurídica), declaro para os devidos fins, que assinarei a ata / contrato, ou o
recebimento da autorização de fornecimento.

E-MAIL PESSOAL:

E-MAIL PROFISSIONAL:

Cidade/MG, ____, de ____ de 2025.

Nome e Assinatura do representante da empresa

Obs: esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada
pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO IV

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. XX/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. XX/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2025
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Em , xx de xxxxxxxxxxxxxx de 2025 o **MUNICÍPIO DE ALVORADA DE MINAS**, com sede na Av. José Madureira Horta, nº. 190, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.303.164/0001-53, representado neste ato por seu Prefeito Municipal Sr. Danilo Clessio Ferreira, inscrito no CPF sob o nº 059.793.676-59, denominado **CONTRATANTE**; e a empresa: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxx, situada no xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Bairro xxxxxxxx, na cidade de xxxxxx/xx, representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxxxxxxxx doravante denominado **CONTRATADO**, conforme decisão exarada no **Processo Licitatório xxxx/2025, Pregão Eletrônico Nº. xxxxxxxxxxxxxx/2025** devidamente **HOMOLOGADO**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 04, de 04 de janeiro de 2024 e nº 16/2024 de 07 de fevereiro de 2024 (Regulamenta o SRP), e em conformidade com as disposições a seguir:

1 CELEBRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUJEIÇÃO DAS PARTES

As partes acima qualificadas, sujeitando-se à Lei 14.133/2021 e demais legislação municipal e federal pertinentes, após o regular processo licitatório, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preços, o qual será firmado por meio deste instrumento, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas, dando-se a devida publicidade ao ato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

2 DO OBJETO

2.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL EPIS, PARA OS PROFISSIONAIS PERTENCENTES AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS**, conforme Termo de Referência e edital de Licitação nº XX/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item e das demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Cód.	Material/Serviço	Unidade	QTDE	Valor Unitário	Valor Total

Valor total da Ata Contrato:

4. Esta ata não está disponível para adesão de outros órgãos não participantes.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no diário oficial e/ou PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.1.3. O quantitativo registrado será automaticamente renovado, quando o órgão gestor optar pela renovação da validade da Ata por mais 01 (um) ano, nos termos do §2º do artigo 18 do Decreto Municipal n. 16/2024, que regulamenta o SRP.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no site oficial do município.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
 - 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
 - 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos para as adesões.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
 - 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 28, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável; ou
 - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
 - 9.4.1. Por razão de interesse público;
 - 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 37 do Decreto Municipal nº 16, de 2024 que regulamenta o SRP).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. As partes elegem o foro da Comarca de Serro/MG para dirimir qualquer controvérsia oriunda da presente Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Alvorada de Minas, de de 2025.

Danilio Clessio Ferreira
Prefeito Municipal
Contratante

Nome
Contratado

Fiscal da Ata Contrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

EXTRATO DA ATA CONTRATO N° /2025

Processo Licitatório nº 2025, Pregão Eletrônico nº /2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e Contratado. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx. Valor da Ata Contrato: R\$xxxxxxxxxxxxxxxxxx (valor). Assinatura: xx/xx/2025. Vigência: xx/xx/2025 até xx/xx/2026. Danilio Clessio Ferreira. PREFEITO MUNICIPAL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. ____/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
ALVORADA DE MINAS, E _____

O MUNICÍPIO DE ____/MG, com sede na _____, n. ____, Bairro Centro, inscrito no CNPJ sob nº _____, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. _____, residente e domiciliada neste Município, doravante denominado de CONTRATANTE e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na Rua _____, n. ____, Bairro _____, município de ____-MG, neste ato representado por _____, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº ____/2024 (Regulamento Geral) e 16/2024 (Regulamenta o SRP), consolidada, e Processo Licitatório nº ____/2025, Modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº ____/2025, celebrar o presente contrato nas cláusulas e condições a seguir:

AUTORIZAÇÃO

A lavratura do presente contrato foi autorizada pela Autoridade Superior do município, a qual adjudicou o objeto ao vencedor, ora denominado contratado, e homologou o resultado da licitação, ato de ____/____/2025, o qual consta dos autos.

CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E SUJEIÇÃO DOS CONTRATANTES

As partes acima qualificadas, sujeitando-se à Lei 14.133/2021 e demais legislação municipal e federal pertinentes, após o regular processo licitatório, resolvem celebrar o presente contrato, o qual será firmado por meio deste instrumento, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas, dando-se a devida publicidade ao ato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para _____, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Descrição completa do objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER / CATMAT	UNIDADE E DE MEDIDA	QT D	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

2						
---	--	--	--	--	--	--

1.3 O fornecedor deverá fornecer o objeto em conformidade como previsto no edital, **vedado, especialmente:**

1.4.1 O fornecimento de objeto com características, qualidade e quantidade diversas dolicitado;

1.4.2 O atraso injustificado no fornecimento;

1.4.3 A entrega do objeto em local, horário e demais condições diversas do previsto;

1.4.4 O recebimento, por servidor da contratante, de objeto diverso do que consta da Ordem de Fornecimento;

1.4.5 O fornecimento de objeto de forma parcial, quando a ordem de fornecimento for total;

1.4.6 O fornecimento de objeto sem a competente ordem de fornecimento.

1.4 Qualquer pessoa física ou jurídica poderá denunciar arbitrariedades na execução do contrato, podendo acompanhar livremente a execução/entrega.

1.5 O servidor municipal tem o dever legal de denunciar abusos e arbitrariedades na execução contratual, sujeitando-se à apuração das responsabilidades.

1.6 Todas as vedações acima caracterizam infração contratual e poderão ser sancionadas, de acordo com a gravidade do ato e com o interesse público prejudicado.

1.7 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do fornecimento, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2025 e seus anexos;

b) Proposta de interesse da CONTRATADA;

1.8 Os documentos referidos no item 1.7, são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência da contratação é de ____ dias contados do(a) publicação no PNCP, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável sucessivamente, respeitada a vigência decenal.

3.1.1 Os contratos justificadamente celebrados em caso de urgência poderão ter eficácia a partir de sua assinatura, nos termos do artigo. 94 da Lei 14.133 de 2021.

3.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por meio de termo aditivo, antes de vencimento do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 Os modelos de gestão e de execução contratual, assim como os prazos e condições de conclusão e recebimento do objeto constam do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$...... ()

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O pagamento será realizado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente a entrega e conferência da nota fiscal à Divisão de Contratos.

6.1.1 Serão pagas as quantidades efetivamente entregues e atestadas, após a competente liquidação.

6.2 Demais disposições acerca do pagamento encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, consolidado em xxxxx/2025.

7.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-A, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, devendo haver requerimento do contratado.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7 O reajuste será registrado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8 Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

8.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.9.1 A Administração terá o prazo de até 30 dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 30 dias;

8.1.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6 Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

I - comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;

II - comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal;

III - comprovante da regularidade para com o FGTS;

IV - comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.

9.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.9 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

9.1.11 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.12 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021;

9.1.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.1.16 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário (quando existente), com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, considerando o baixo risco de descumprimento das obrigações por parte da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021);



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 dias úteis dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, se não for prorrogado.

13.1.1 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.1.4 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.4.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.2.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3 Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

14.1.1 Ficha :

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 No contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 A supressão, se amigável, devidamente motivada, poderá exceder, razoavelmente, o limite previsto no item anterior.

16.4 Os acréscimos e supressões não poderão ser compensados entre si, devendo ser realizados cálculos separados, aplicado o limite de 25% a cada tipo de alteração.

16.1 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, no prazo de 20 dias úteis, como condição indispensável para a eficácia do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Serro/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Alvorada de Minas/MG, de de 2025.

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Testemunhas:

NOME
CPF

NOME
CPF



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO VI

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0072/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0021/2025

O presente instrumento foi formalizado com base nos levantamentos efetivados no Documento de Formalização de Demanda, utilizando como parâmetro o relatório onde constam as justificativas para as presentes inserções e a materialização do planejamento. Somado às presentes exigências, deverão ser observados pelos interessados em formalizar propostas, todas as exigências que estarão contidas no Edital.

1. DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL EPIS, PARA OS PROFISSIONAIS PERTENCENTES AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS. Definição/Detalhamento do objeto, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, abaixo discriminadas

Item	Descrição	UND	Qtde	Valor Estimado	Part. Ampla
0001	ABAFADOR PROTETOR AUDITIVO POMP MUFFLER ATENUAÇÃO DE 23 DB: POR SER DOBRÁVEL, É MUITO FÁCIL DE GUARDAR E MINIMIZAR A ENTRADA DE PARTÍCULAS PARA DENTRO DA CONCHA.	unidade	100,00	149,13	NÃO
0002	AVENTAL DE PVC IMPERMEÁVEL COM FORRO EM TECIDO DE POLIESTER NA COR BRANCO: COM ALÇA NO PESCOÇO E TIRAS REGULAGEM NAS COSTAS, TAMANHO 63 CM X 120 CM	unidade	150,00	26,37	NÃO
0003	AVENTAL DE SEGUURAÇÃO CONFECCIONAM EM RASPA, TIRAS EM RASA E FIVELAS METALICAS-PARA AJUSTES, MEDIDAS 1,40X60, PROTEÇÃO DO TRONCO DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE E TERMICOS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE SOLDAGEM E PROCESSOS. INDICADO PARA ATIVIDADES DE SOLDA, METALURGICAS, SIDERURGICAS E MADEIREIRAS.	unidade	20,00	71,09	NÃO
0004	AVENTAL TERMICO IMPERMEÁVEL PARA USO DE COZINHAS INDUSTRIAIS; E TAMBÉM DE PEQUENO PORTE, RETARDANTE A CHAMA COM EXCLUSIVO TRATAMENTO ATÓXICO E IMPERMEAVEL; PROPORCIONAM ELEVADO CONFORTO E EFICIENTE PROTEÇÃO CONTRA IRRADIADO E PROTEÇÃO DE LIQUIDOS QUENTES OU VAPORES. PERMITE O CONTATO COM ALIMENTOS, SEM RISCO DE CONTAMINAÇÃO.	unidade	100,00	168,00	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

0005	BONÉ TIPO ARÁBE, CAPUZ DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM TECIDO DE MALHA DUPLA DE POLIESTER (HELANCA/BRIM), ABA BICO DE PATO, REFORÇO NA ABA COM TIRAS EM VIÉS, TIRAS INTEIRIÇAS EM VELCRO PARA AJUSTES NA PARTE FRONTAL. APROVADO PARA PROTEÇÃO DO CRÂNIO E DO PESCOÇO DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIA-TE	unidade	300,00	21,75	NÃO
0006	BOTA DE SEGURANÇA (CANO LONGO): TIPO IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADA EM POLICLORETO DE VINILA (PVC) INJETADO EM UMA SÓ PEÇA, FORRADA. MATERIAL DE PRIMEIRA QUALIDADE. COR:BRANCO. DIVERSOS TAMANHOS.	par	200,00	71,99	NÃO
0007	BOTA DE SEGURANÇA, TIPO IMPERMEÁVEL, DE USO PROFISSIONAL, CANO LONGO CONFECCIONADA EM POLICLORETO DE VINILA (PVC) INJETADO EM UMA SÓ PEÇA, NA COR PRETA COM SOLADO AMARELO SEM FORRO.	par	200,00	92,58	NÃO
0008	BOTINA DE SEGURANÇA COM ELÁSTICO, CONFECCIONADA EM COURO (RASPA): NA COR PRETA, 50% COM E 50% SEM BIQUEIRA DE AÇO, DORSO ACOLCHOADO, PALMILHA DE MONTAGEM NO SISTEMA STROBELL, SOLADO DE POLIURETANO MONODENSIDADE, INJEÇÃO DIRETA AO CABEDAL, COM SISTEMA DE AMORTECIMENTO DE IMPACTO.	unidade	500,00	101,43	NÃO
0009	BOTINA PARA ELETRICISTA COM ELASTICO EM COURO VAQUETA: SOLADO PU BIDENSIDADE - COM BIQUEIRA (BICO) EM COMPOSITE, TESTADO A 14KV CONFORME NORMA NBR 12576.	par	4,00	245,94	NÃO
0010	CALÇADO STICKY SHOE. POSSUI SOLADO EM BORRACHA CONDUTIVA ANTIDERRAPANTE (SRC0 EM FORMA DE COLMEIA, PALMILHA DE CONJUNTO ANTIMICROBIANA HIGIENIZÁVEL, COM NANO TECNOLOGIA DE ABSORÇÃO E EVAPORAÇÃO DO SUOR, AMORTECIMETO COM SISTEMA ANTI-TORÇÃO COR BRANCO.	par	100,00	86,89	NÃO
0011	CAMISA DE MANGA LONGA 100% ALGODÃO, NA COR VERDE LIMÃO E LISTRAS, FOTOLUMINESCENTES PERSONALIZADO COM LOGO DA EMPRESA, TAMANHO (P), (M), (G), (GG)	unidade	100,00	145,91	NÃO
0012	CANALIZADOR DE TRÁFEGO FABRICADO EM POLIETILENOLINAR DO PROCESSO ROTO MOBAGEM, COM TRAÇÃO DOS RAIOS SOLARES COM 1,29X 0,60X 0,60 mm	unidade	40,00	348,97	NÃO
0013	CAPA DE CHUVA LONGA COM CAPUZ COM AJUSTE E MANGAS LONGAS EM PVC FORRADO, GROSSO COSTURA É ÓTIMA QUALIDADE EM SOLDA ELETRÔNICA. FORRO EM POLIESTER E FECHAMENTO FRONTAL COM BOTÃO DE PRESSÃO, COMPRIMENTO DA CAPA ABAIXO DO JOELHO, TAMANHO 50% (G), 50% (GG).	unidade	250,00	48,48	NÃO
0014	CAPACETE ABA FRONTAL COM ABAFADOR E JULGAR: FEITO EM POLIETILENO DE ALTA RESISTÊNCIA.	unidade	20,00	87,08	NÃO
0015	CAVALETE PLÁSTICO DESMONTÁVEL 115X 50X 81,5 COM DE PLIETILENO.	unidade	30,00	557,49	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

0016	CAVALETES EM PVC NA COR PRETO E AMARELO, TAMANHO 26X65CM, COM ESCRITO PISO MOLHADO	unidade	50,00	75,08	NÃO
0017	CONE DE SINALIZAÇÃO REFLETIVO PESADO POSSUI ESTRUTURA FLEXIVEL, QUE PERMITE UMA DURABILIDADE MAIOR POR NÃO QUEBRAR COM IMPACTO, EXCELENTE PARA SINALIZAR RODOVIAS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS. MATERIAL: COMPOSTO SINTETICO FLEXIVEL, PESO 3,5 KG DIMENSÕES DA BASE 40X 40, ALTURA 75CM, COR ZEBRADO/ LARANJA E BRANCO	unidade	100,00	103,80	NÃO
0018	CONJUNTO CALÇA E CAMISA EM BRIM TECIDO PROFISSIONAL 100% ALGODÃO: BOA QUALIDADE E ALTA RESISTENCIA. CONFORTO DURABILIDADE E ÓTIMO VISUAL. VESTE BEM NO SETORES: INDUSTRIA EM GERAL, CONSTRUÇÃO CIVIL, ALIMENTICIO, AUTOMOTIVO, HOSPITALAR, TRANSPORTES, METALÚRGICAS, MECÂNICAS, ELETRICISTAS, PEDREIROS. CALÇA COM ELASTICO E CORDÃO NA CINTURA, 2 BOLSOS NA FRENTE E 1 TRASEIRO, FABRICADO COM FAIXA REFLETIVA OU SOMENTE FITA REFLETIVA DE 5 CM. NA COR CINZA, PERSONALIZADO COM O LOGO DA EMPRESA. TAMANHOS (P), (M), (G), (GG).	unidade	160,00	286,75	NÃO
0019	CONJUNTO DE UNIFORME ELETRICISTA NR10 RISCO: RISCO 1(I) E 2(II) COM PROTEÇÃO PARA ARCO-ELETRICO E FOGO REPENTINO É COMPOSTO DE CALÇA E CAMISA. PERSONALIZADO COM LOGO DA EMPRESA	unidade	4,00	298,80	NÃO
0020	CREME DESENGRAXANTE ISENTO DE ABRASIVOS E SOLVENTES: REMOVE COM FACILIDADE , GRAXAS OLEOS, FULIGENS, NEGRO DE FUMO , SEM AGREDIR A PELE É BIODEGRADAVEL MELHOR CUSTO BENEFICIO UM PORTE DE 500 GRAMS RENDE 166 APLICACOES	unidade	50,00	40,85	NÃO
0021	ESCUDO DE SOLDA EM POLIPROPILENO, VISOR FIXO COM ENCAXE PARA FILTRO DE LUZ E PLACA DE COBERTURA DE PLASTICO NA PARTE INTERNA E EXTERNA	unidade	20,00	56,18	NÃO
0022	FITA PARA PISO ANTIDERRAPANTE: ÓTIMA RESISTÊNCIA A ÁGUA, NÃO RESISTENTE A SOLVENTES. UTILIZADA NA PREVENÇÃO DE ACIDENTES EM ESCADAS, RAMPAS, AREAS ESCORREGADIAS, ETC.	unidade	500,00	45,34	NÃO
0023	FITA ZEBRADA PARA DEMARCAÇÃO DE ÁREA.: UTILIZADA PARA DEMARCAR E ISOLAR ÁREAS ONDE HAJA POSSIVEIS RISCOS DE ACIDENTES, OU SIMPLEMENTE PRECISEM SER ISOLADAS.	unidade	100,00	26,47	NÃO
0024	GARRAFA TERMICA 5 LITROS - QUENTE E FRIO: GARRAFÕES AMIGO SÃO PRODUZIDOS EM MATERIAL VIRGEM, ATÓXICO E SEM ODOR.	unidade	40,00	90,01	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

0025	LUVA 100% EM BORRACHA NATURAL LÁTEX REFORÇADA NA COR LARANJA: INTERIOR FORRADO E PALMA ANTIADERENTE, A LUVA É FABRICADA COM ESPESSURA DE 0,70 MM, POR SER MAIS ESPESSE QUE AS LUVAS COMUNS DE LATEX, POSSUI EXCELENTE RESISTENCIA A ABRASÃO, RASGOS E PERFURAÇÕES, ALÉM DE UMA EXCELENTE RESISTENCIA A TRAÇÃO. POSSUI RESISTENCIA QUIMICA CONTRA ÁCIDOS, CETONAS, SAIS, DETERGENTES, ÁLCOOIS, PRODUTOS ALCALINOS E GORDURAS.	par	500,00	19,49	NÃO
0026	LUVA ALTA ELASTICIDADE E COMPACTNESS - BOWOO: COZINHA E LUVAS DE TRABALHO SÃO BEM PRODUZIDOS COM ALTA ELASTICIDADE A ATENDER ÀS SUAS MÃOS MUITO BEM, QUE AJUDA O SEU TRABALHO TAMPA FLEXIVEL COMO NADA EM SUAS MÃOS, MAIS SUAVE E DURABLE-BOWOO HPPE CORTE LUVAS RESISTENTES A USAR MATERIAL DE ALTA PERFORMACE RESISTENTE AO CORTE QUE É PREMIADO CO O MAIS ALTO NIVEL DE EN388 23 RESISTENCIA AO CORTE COM CERTIFICAÇÃO BEM O SENTMENTO AO TOQUE MACIO, AMPLAMENTE DISPONIVEL, NOSSAS LUVAS SAO PERFEITAS PARA O COZINHEIRO CHEFE OU ALGUEM QUE TRABALHA NA COZINHA: CORTE, DESCASQUE, ESCULTURA, PIEELING E ASSIM POR DIANTE, FÁCIL DE LIMPAR POR MÃOS OU MÁQUINA, APENAS PENDURÁ-LO NO LUGAR VENTILADO E ENTÃO VOCE PODE USA-LO NOVAMENTE.	par	15,00	53,93	NÃO
0027	LUVA COM REVESTIMENTO DE BORRACHA NITRILICA, REVESTIMENTO DE ESPUMA:CALIBRE ANTICORTE RESITENCIA AO CORTE ATE O NIVEL 5, HPPE/FIBRA DE VIDRO/SPANDEX/NYLON, LAMINA DE CORTE RESISTENTE, ÓLEO, BOA ADERENCIA, DURAVEL.	par	100,00	43,58	NÃO
0028	LUVA CONFECCIONADA EM VAQUETA UTILIZADA COMO PROTEÇÃO PARA AS LUVAS DE BORRACHA: PARA SERVIÇOS DE REDE ELETRICA POSSUI PUNHO DE RASPA COM FECHAMENTO E APERTO ATRAVES DE UMA CINTA DE VAQUETA E FIVELA PLÁSTICA	par	6,00	33,26	NÃO
0029	LUVA DE ALTA TENSÃO É COMPOSTA DE BARRACHA NATURAL: DESENVOLVIDA COM O INTUITO DE PROTEGER A MÃO, O PUNHO E A PARTE DO ATEBRAÇO DO USUARIO, PERMITINDO COMPLETA INDEPENDÊNCIA DE MOVIMENTO DOS DEDOS, PERMITE TRABALHO TENSÃO 500V E PICO 2500V. INDICADO PARA ISOLAMENTO ELETRICO, OFERECE PROTEÇÃO CONTRA CHOQUES ELETRICOS, QUEIMADURAS, LESÕES SÉRIAS OU MORTE.	par	4,00	564,00	NÃO
0030	LUVA DE LATEX NATURAL CORRUGADO PRO GARI SS 1009: AS LUVAS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO EM LATÉX NATURAL CORRUGADO SÃO UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL, COLETA DE RESIDUOS URBANOS E INDUSTRIAIS, CARGA E DESCARGA DE MATERIAIS, COLHETA AGROIN-	par	500,00	35,76	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

	DUSTRIAL, INDUSTRIAS DE VIDROS E MANUTENÇÃO E MANUSEIO DE PEÇAS SECAS OU UMIDAS.				
0031	LUVA DE PROTEÇÃO CONFECCIONADA EM COURO VACUMTIPO VAQUETA NA PALMA DE DORSO EM RASPA: EDE COURO, MODELO 5 DEDOS, POSSUI REFORÇO INTERNO NA PALMA, CANO CURTO E COMPRIMENTO DE 25 CM (MEDIDA DA BORDA DO PUNHO ATE O DEDO MAIOR). ENVIAR (50% CANO LONGO E DE 50% CANO CURTO)	par	100,00	33,72	NÃO
0032	LUVA DE PROTEÇÃO, COM REFORÇO: CONFECCIONADA EM RASPA DE COURO DE TIPO 5 DEDOS COM REFORÇO NA PALMA; POSSUI TIRAS DE REFORÇO ENTRE O POLEGAR E O INDICADOR E PUNHO DE SEGURANÇA TAMBEM EM RASPA, LUVA DE PROTEÇÃO COM REFORÇO, (ENVIAR 50% CANO CURTO E 50% CANO LONGO)	par	300,00	40,20	NÃO
0033	LUVA DE SEGURANÇA TERMICA, CONFECCIONADA EM FIBRA DE POLIÉSTER(NONTECK) E GARRAFA TEX EM ALGODÃO E POLIÉSTER DE 4 FIOS, MITENE MODELO 2 DEDOS PUNHO LONGO- COMPRIMENTO TOTAL 45CM TEMPERATURA DE CONTATO DE- 25°C ATÉ 250°C(DURANTE 15 SEGUNDOS). APLICAÇÃO: COZINHA INDUSTRIAL, FORNOS, BANDEIJAS, PANEAS E OUTRAS ATIVIDADES PARA PROTEÇÃO TÉRCICA.	par	50,00	90,30	NÃO
0034	LUVA EM PVC NA COR VERDE COM SUPORTE TÊXTIL, E 46 CM DE COMPRIMENTO TOTAL. PVC DE ALTA QUALIDADE E MELHOR ADERENCIA A OBJETOS, ÚMIDOS E OLEOSOS.	par	200,00	67,05	NÃO
0035	LUVA PIGMENTADA CONFECCIONADA EM TECIDO DE ALGODÃO E TRICOTADA EM 3 FIOS: SUA CARACTERISTICA PERMITE RESPIRABILIDADE COM MENOS FADIGA PARA A MÃO.	par	200,00	7,66	NÃO
0036	LUVA SS1007. LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA COM FIOS DE ELASTANO E FIBRA DE VIDRO COM POLIETILENO, REVESTIDA COM LATEX-NITRILICO, FAZ PALMAR E PONTAS DOS DEDOS	par	300,00	62,89	NÃO
0037	LUVA TRICOTADA FUVA TRICOTADA COM FORREO, OFERECE A MELHOR PROTEÇÃO AO CORTE DE CATEGORIA DOOM CONFORTO E DESTREZA, O BANHO NA PALMA ALMENTA A VIDA ÚTIL DA LUVA EM CONDIÇÕES ABRADIVAS E PERMITE A RESPIRABILIDADE DO DORSO DAS MÃOS. COR:CINZA TAMANHO:9 E 10	par	150,00	58,56	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

0038	MACACÃO CONFECCIONADO EM PVC DUPLA FACE COM TRAMAS EM NYLON (TREVIA KP 500); POSSUI CAPUZ ACOPLADO, FECHAMENTO FRONTAL PRIMARIO POR ZIPER E FECHAMENTO SECUNDARIO EM PALA COM QUATRO PLÁSTICOS; ESPESSURA DE 0,40 A 0,42 MM. POSSUI UMA BOLSA INTERNA DO TIPO CANGURU, LUVAS E BOTAS DE PVC, ACOPLADAS ATRAVES DE SOLDA ELETRONICA; TESTADO E APROVADO PELAS NORMAS BS 3546:1977 NO LABORATORIO DO IPT; CARACTERISTICAS E APLICABILIDADE: PARA PROTEÇÃO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO, CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA. PA3 RA HIGIENIZAÇÃO UTILIZAR ÁGUA E SABÃO NEUTRO;	unidade	10,00	451,49	NÃO
0039	MACACÃO PARA RISCOS QUIMICOS. VESTIMENTA DE SEGURANÇA, TIPO MACACÃO, CONFECCIONADO E EM POLIETILENO, FECHAMENTO FRONTAL COM ZIPER, ELASTICO NO CAPUZ, PUNHO E TORNOZELOS. PARA PROTEÇÃO DE CRÂNIO, PESCOÇO, TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUÁRIO CONTRA RISCO DE ORIGEM QUIMICA. COR:BRANCO. TAMANHO:P, M, G E GG	unidade	100,00	124,22	NÃO
0040	MANGUITO PARA BRAÇO COM PROTEÇÃO SOLAR UV. LINE-(PRETO), SEU TECIDO POSSUI TOQUE AGRAVÁVEL, É MACIO E CONFORTÁVEL. SECA RAPIDAMENTE E NÃO CAUSA MAU-CHEIRO. COSTURA COM PONTO QUE NÃO MACHUCA A PELE. MÁXIMA PROTEÇÃO FPU50+ PERMANETE; TECIDO EM MALÇA 90% POLIAMIDA 10% ELASTANO; PROTEÇÃO DO BRAÇO E ANTEBRAÇO; TECIDO LEVE E CONFORTÁVEL, EXCELENTE ACABAMENTO. COR PRETO TAMANHO (P), (M), (G), (GG)	par	100,00	66,61	NÃO
0041	MASCARA DE SOLDAS COM PROTEÇÃO DOS OLHOS E FACE DO USUARIO: CONTRA IMPACTOS DE PARTICULAS VOLANTES MULTIDIRECIONAIS E RADIAÇÕES PROVENIENTES DE SERVIÇOS DE SOLDAGEM. ALGUNS MODELOS POSSUIM AJUSTE DE TONALIDADE CONTRA A INTENSIDADE DA LUZ VISIVEL. MATERIAL POLIPROPILENO COM VISOR ARTICULADOR, DIMENSÃO DA LENTE 51 MM X 108 MM.	unidade	10,00	461,78	NÃO
0042	MASCARA RESPIRATÓRIA SEMI AIR TOX II: INICADO PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATORIAS DO USUARIO CONTRA A INALAÇÃO DE PARTICULAS SÓLIDAS, QUANDO UTILIZADO COM FILTROS MECÂNICOS OU COMBINADO E CONTRA GASES E VAPORES, QUANDO UTILIZADO COM FILTROS QUIMICOS OU COMBINADOS. NRR-COM TRÊS FLANGES COM CORDÃO DE POLIPROPILENO E ESTOJO.	unidade	200,00	93,66	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

0043	OCULOS DE PROTEÇÃO, LENTES DE DUROPOLICARBOBONO COM TRATAMO ANTIRISCO:HASTES EM MATERIAL RESISTENTE, VISOR CURVO PARA PROTEÇÃO LATERAL, ACOMPANHA CORDÃO DE SEGURANÇA, COR DAS LENTES INOLOR E CINZA	unidade	200,00	23,23	NÃO
0044	OCULOS DE SEGURANÇA MODELO AMPLA VISÃO: CONSTITUIDO DE ARMAÇÃO CONFECCIONADA EM UMA ÚNICA PEÇA EM PVC FLEXIVEL TRANSPARENTE COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO INDIRETA, COMPOSTO DE 6 VÁLVULAS, SENDO 3 DE CADA LADO DA ARMAÇÃO, VISOR DE PLASTICO INCOLOR, O AJUSTE DA FACE DO USUÁRIO E FEITA ATRAVÉS DE UM ELÁSTICO, A VEDAÇÃO LATERAL AUXILIA CONTRA LIQUIDOS EXCETO PRODUTOS QUIMICOS	unidade	100,00	26,90	NÃO
0045	OCULOS DE SEGURANÇA MODELO ESPORTIVO, ÓCULOS DE SEGURANÇA COM ARMAÇÃ, VISOR, APOIO NASAL E HASTES DO TIPO ESPATULA CONFECCIONADOS EM POLICARBONATO, PROTEGE A ÁREA DOS OLHOS CONTRA IMPACTOS DE PARTICULAS VOLANTES FRONTAIS, COR DAS LENTES CINZA E INCOLOR.	unidade	300,00	26,65	NÃO
0046	PALMILHA DE SILICONE, MATERIAL GEL PU E SILICONE, PRODUTO ORTOPÉDICO, EM GEL, SUPER CONFORTÁVEL, IDEAL PARA O DIA-A-DIA NO TRABALHO, PRODUZIDO COM AROMATIZANTE, TOTAL ABSORÇÃO DE IMPACTOS ANATÔMICA E EXTREMAMENTE CONFORTAVEL COM TECIDO ANTIBACTERIANO ORIFÍCIOS QUE REDUZEM A UMIDADE DOS PÉS.	par	50,00	42,00	NÃO
0047	PERNEIRA DE SEGURANÇA COM 5 TALAS DE PROTEÇÃO FRONTAL E PROTEÇÃO PARA JOELHO INTEGRADA: CONFECCIONADA EM COURO SINTETICO DUPLO COM PROTEÇÃO PARA CANELA 5 ALMAS DE POLIPROPILENO PROTEÇÃO PARA DORSO DO PÉ 0,5 M DE FIOS DE AÇO INTERCALADOS.	par	100,00	74,86	NÃO
0048	PISO MOEDA EMBORRACHADO, HIGIENICO E ANTIDERRAPANTE, NÃO RECECA, AGE COMO ISOLANTE ELETRICO E NÃO RETEM SUJEIRA. PODE SER USADO EM LOCAIS COMO TRAFEGO INTENSO COMO RAMPAS E ETC	metro	500,00	69,52	NÃO
0049	PROTETOR AUDITIVO AURICULAR TIPO PLUG DE INSERÇÃO DE SILICONE COM CORDÃO ATENUAÇÃO 13DB	unidade	50,00	5,34	NÃO
0050	PROTETOR FACIAL TOTAL: CÚPULA FABRICADA EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, VISOR EM POLICARBONATO INCOLOR, TAMANHO 200MM (8 POLEGADAS) COM CATRACA.	unidade	50,00	45,24	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

0051	PROTETOR SOLAR FATOR 60: OFERECE ALTA PROTEÇÃO A PELE CONTRA OS EFEITOS NOCIVOS DA RADIAÇÃO SOLAR, AJUDANDO A PREVENIR AS QUEIMADURAS SOLARES. COM PODEROSO ANTIOXIDANTE BIOLÓGICO QUE PREVINE A PEROXIDAÇÃO LÍPIDICA E ENVELHECIMENTO PRECOCE. ALÉM DISSO, MINIMIZA OS DANOS NA PELE CAUSADOS PELOS RAIOS INFLAVERMELHOS DEVIDO A AÇÃO ANTIOXIDANTE DO PRODUTO, AÇÃO HIDRATANTE, RÁPIDA ABSORÇÃO, TEXTURA LEVE, NÃO COMEDOGÊNICO. SEM CORANTE. DEMONINAÇÃO DE CATEGORIA DE PROTEÇÃO (DCP): PROTEÇÃO MUITO ALTA	unidade	300,00	42,24	NÃO
0052	REPELENTE CORPORAL SPRAY DE LONGA DURAÇÃO. POSSUI ICARIDINA EM SUA FÓRMULA SENDO EFICAZ CONTRA O MOSQUITO DA ZIKA, DA DENGUE E DO CHIKUNGUNYA, SENDO EFICAZ TAMBÉM CONTRA PERNILONGOS E MURIÇOCAS. É A BASE DE ÁGUA, SEM FRAGRÂNCIA E TESTADO DERMATOLOGICAMENTE, TEXTURA AGRADÁVEL E SECA RÁPIDO, 100ML	unidade	200,00	26,66	NÃO
0053	RESPIRADOR DESCARTÁVEL PFF2: INDICADO PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATORIAS CONTRA FUMOS, NEVOAS E POEIRAS TOXICAS: AS BESTOS (ATE 2 FIBRAS/SM), FIBRAS DE VIDRO, PÓ DE CARVÃO, CHUMBO , FERRO, SÍLICA, FUMOS, ALUMINIOS E OUTRAS POEIRAS ATÉ 10 VEZES O SEU LIMITE DE TOLERÂNCIA.	unidade	600,00	7,57	NÃO
0054	RESPIRADOR DESCARTAVEL TIPO CONCHA-1860B PFF-2(S)/N95. CONSTITUIDO POR UMA CONCHA INTERNA DE SUSTENTAÇÃO- COMPOSTA DE NÃO-TECIDO MOLDADO EM FIBRA SINTÉTICAS POR UM PROCESSO SEM RESINA. SOBRE ESTA CONCHA É MONTADO O MEIO FILTRANTE COMPOSTO POR MICROFIBRAS TRATADAS ELETROSTATICAMENTE. A PARTE EXTERNA DO RESPIRADOR É COMPOSTA POR UM NÃO-TECIDO QUE PROTEGE O MEIO FILTRANTE EVITANDO QUE AS FIBRAS POSSAM SE SOLTAR. A ESTE CONJUNTO SÃO INCORPORADAS 2 BANDAS DE ELÁSTICO, UMA TIRA DE ESPUMA E UM GRAMPO DE AJUSTE NASAL NECESSÁRIO PARA MANTER O RESPIRADOR FIRME E AJUSTADO NA FACE DO USUÁRIO. COR BRANCA TAMANHO REGULA	unidade	300,00	3,72	NÃO
0055	TOUCA TIPO ÁRABE EM HELANCA COM FECHAMENTO EM VELCRO	unidade	50,00	19,97	NÃO
0056	SUPER EPI JUNTO A VICSA COLOCOU NO MERCADO UM KIT PERFEITO PARA SUA SEGURANÇA CONTRA QUEDAS DE LONGA ALTURA. SUGERIMOS O MODELO VICSA VIC20529 CONFECCIONADO COM CADARÇO EM POLIÉSTER BICOLOR 45MM, 4 PONTOS DE ANCORAGEM (FRONTAL, DORSAL E LATERAIS), ALÇAS NOS OMBROS PARA TRABALHOS EM ESPAÇOS CONFINADOS, APOIO LOMBAR, REGULAGEM TOTAL E INDICADOR DE QUEDA. O TALABARTE INCLUSO É EM Y COM ELÁSTICO NAS FITAS E ABSORVEDOR DE ENER-	unidade	4,00	824,27	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

	GIA JUNTAMENTO COM TRAVA DUPLA, UM KIT DE TOTAL PROTEÇÃO EM ALTURA PARA O USUÁRIO.				
0057	BALACLAVA RISCO 2-BALACLAVA DE MALHA FR.ANTICHAMAS RISCO PROTEÇÃO DO CRÂNIO E PESCOÇO APLICAÇÃO DE APTV BORDADO OU ETIQUETA CONFECCIONADO COM ESTRUTURA DUPLA LINHA 100% META ARAMIDA ANTICHAMAS CONFECCIONADA EM TECIDO MALHA,INTERLOCK 1852 FM,100% ALGODÃO,ATPV 15,2 CAL/CM,COM GRAMATURA NOMINAL DE 70OZ/YD (240 G/M).	unidade	20,00	128,12	NÃO
0058	LUVAS:HÉRCULIS MODELO:HJ700BV OUTRAS CARACTERÍSTICAS MATERIAL: VAQUETA/COURO É ANTIDERRAPANTE: NÃO CERTIFICAÇÕES: EN420	par	20,00	958,80	NÃO
0059	BOTA COTURNO MILITAR BOMBEIROU: BOTA MILITAR É SEM DÚVIDAS A MELHOR OPÇÃO EM RELAÇÃO A CUSTO-BENEFÍCIO, SÃO RESISTENTES E MUITO CONFORTÁVEIS, DE EXTREMA QUALIDADE. ALÉM DE MODERNOS, SÃO DESENVOLVIDOS EM COURO, REFORÇO INTERNO DE EVA EM MANTA TRAMADA E COSTURAS DUPLAS. O SEU FORRO POSSUI TRATAMENTO ANTIBACTERIANO E ANTI FUNGOS.REFORÇADO NO BICO E TRASEIRA EM TERMOPLÁSTICO DE 2,5 MM TRAMADO.SOLADO COSTURADO 360°, FEITO EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE ELABORADA PARA QUALQUER TIPO DE TERRENO, RESISTENTE ATÉ 240° E A ELETRICIDADE.POSSUI PALMILHA ANATÓMICA CONFORTÁVEL EM POLIURETANO COM 1,5 CM NO CALCANHAR E 1,0 CM NA PONTA DO PÉ.O ZÍPER LATERAL É O ÚNICO ITEM EM METAL NA BOTA, AUXILIANDO O CALÇAR E FECHAMENTO DA BOTA MAIS RAPIDAMENTE E É PROTEGIDO COM COURO.POSSUI PROTEÇÕES EM TERMOPLÁSTICOS, TROCADORES DE MARCHA, GUARDA FACAS OU TESOURAS NA LATERAL.AS BOTAS MILITARES DA SAPATOFRAN SÃO RECOMENDAS PARA TRABALHOS MILITARES, RESGATES DO SAMU, BOMBEIROS, POLICIAIS, MOTOCICLISTAS, TRABALHOS PESADOS.MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA DA SOLA NA PONTA 2,0CM.ALTURA DA SOLA CALCANHAR 3,0CM.	par	12,00	321,75	NÃO
0060	LANTERNA DE CABEÇA TURBO LED 8 COM TRÊS ESTÁGIOS DE LUZ, 2 LEDS, 4 LEDS E 8 LEDS. FABRICADA EM PLÁSTICO PP, LENTE DE POLICARBONATO E BOTÃO DE ACIONAMENTO EM PVC, COM 20 LUMENS, ALIMENTADA POR 3 PILHAS AAA, PESO DE 162 G. DIMENSÕES: 19 CM X 7 CM X 15 CM	unidade	15,00	64,48	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

0061	FUMIGADOR: ESPECIFICAÇÕES CORPO (TACHO) EM AÇO GALVANIZADO 6 LITROS;TAMPA EM AÇO GALVANIZADO;GRELHA EM AÇO GALVANIZADO;BICO DE PATO EM AÇO GALVANIZADO;ALÇAS DE MADEIRA MACIÇA; FOLE EM COURVIN;MEDIDAS DO TACHO: 32CM DE ALTURA X 15CM DE DIÂMETRO;MEDIDAS TOTAL: 41CM DE ALTURA X 25CM DE DIÂMETRO;PESO:3,5KGA UNIDADE;ACIONADO COM FOLE FABRICADO EM MADEIRA MACIÇA COM TECIDO EM NAPA (COURVIN) COM TELA DE PROTEÇÃO NA ENTRADA DO AR IMPEDINDO O EMPILHAMENTO DE ABELHAS.	unidade	4,00	523,20	NÃO
0062	ROUPA DO APICULTOR :O MACACÃO PARA APICULTURA O MACACÃO PARA APICULTURA É FEITO EM BRIM DE ALTA QUALIDADE, OFERECENDO O CONFORTO E A SEGURANÇA NECESSÁRIA PARA O APICULTOR PODER TRABALHAR MAIS À VONTADE.CONFECCIONADO COM TECIDO DE BRIM E COM TELAS NO CHAPÉU, O MACACÃO DE APICULTOR FACILITA A VISÃO E A CIRCULAÇÃO DE AR. O CONJUNTO É INTEIRO, COM A MÁSCARA COSTURADA AO MACACÃO, TENDO FECHO DE ZÍPER PARA MELHOR PROTEÇÃO DO APICULTOR.ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TECIDO DE BRIM;TELAS NA MÁSCARA; CONJUNTO INTEIRO, A MÁSCARA É COSTURADO COM O MACACÃO;FECHER DE ZÍPER;TAMANHOS: M,G	unidade	4,00	254,78	NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

0063	CAPACETE CLASSE III : A EQUIPAMENTO FUNDAMENTAL PARA TRABALHO EM ALTURA E NA MAIORIA DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS. OS CAPACETES PROTEGEM AO TRABALHADOR EM CASO DE QUEDA DE OBJETOS OU DO PRÓPRIO USUÁRIO.TIPO III – CLASSE A –PESO: 437 G CASCO CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) COM PROTEÇÃO UV. DUAS FENDAS LATERAIS (SLOTS) PARA ACOPLAMENTO DE ACESSÓRIOS.CINCO ORIFÍCIOS LATERAIS QUE APERFEIÇOAM A VENTILAÇÃO.TRÊS ÁREAS COM ACABAMENTO POLIDO PARA PERSONALIZAÇÃO DO CAPACETE.SISTEMA DE AJUSTE PERIMETRAL FORMADO POR CARNEIRA DE CONTORNO FABRICADA EM PEAD, COM CATRACAGIRATÓRIA LOCALIZADA NA NUCA, QUE PERMITE UMA REGULAGEM PRECISA, ATINGINDO UM PERÍMETRO MÍNIMO DE 52 CM E MÁXIMO DE 64 CM.CARNEIRA DOTADA DE MATERIAL ACOLCHADO DE POLIETILENO RETICULADO COM CANAIS DE VENTILAÇÃO, TOTALMENTE REMOVÍVEL PARA HIGIENIZAÇÃO OU TROCA.ESPUMA DE CONFORTO SUPERIOR ACOPLADO À COROA QUE ATUA COMO AMORTECEDOR.SISTEMA DE SUSPENSÃO INTELIGENTE DE AMORTECIMENTO QUE MANTÉM UMA DISTÂNCIA UNIFORME ENTRE O CASCO E A CARNEIRA E ENTRE O CASCO E O TOPO (COROA). ESSA FOLGA MANTÉM O CASCO ISOLADO DA CABEÇA, PERMITINDO QUE O SISTEMA DE SUSPENSÃO TENHA ESPAÇO SUFICIENTE PARA ABSORVER A ENERGIA DECORRENTE DE UM IMPACTO.FITA JUGULAR TOTALMENTE REGULÁVEL COM SISTEMA DE AJUSTE QUE PERMITE MANTER A SOBRA DE FITA SEMPRE AJUSTADA E COMPACTADA, EVITANDO ACIDENTES.ACOMPANHA CLIPES PARA INSTALAÇÃO DE LANTERNA DE CABEÇA FRONTAL (4 UNIDADES).NORMA NBR 8221 BASEADA EM NORMAS EN 307:1995, ISO 3873:1997 E ANSI Z89.1 CA: 44761.	unidade	15,00	284,15	NÃO
------	--	---------	-------	--------	-----

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 05/2024.

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no Documento de Formalização de Demanda.

Critério de julgamento adotado será “por item” do tipo:

(X) - Menor Preço;

Deverá ser observado o valor máximo aceitável elaborado com base em pesquisa de preços, constante do processo administrativo.

2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

Os equipamentos fazem parte de material de proteção individual, destinados à proteção contra riscos capazes de ameaçar a segurança e a saúde do trabalhador. Assim, os Equipamentos são de grande



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

importância para preservar a integridade física dos empregados lotados nas Secretarias pertencentes a Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas – MG.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A necessidade de aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para atender todos os servidores da Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas surge em virtude da busca constante pela segurança e saúde no ambiente de trabalho, garantindo a integridade física e a proteção contra os riscos que podem surgir nas diversas atividades desempenhadas pelos servidores públicos.

Portanto, a compra dos EPIs é uma medida essencial para garantir a segurança, saúde e a proteção dos servidores municipais, assegurando também o cumprimento das normas trabalhistas e evitando possíveis acidentes ou doenças ocupacionais que possam comprometer a produtividade dos colaboradores e a qualidade dos serviços públicos prestados à população de Alvorada de Minas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO, DO REGIME DE EXECUÇÃO OU DA FORMA DE FORNECIMENTO:

4.1 O pagamento será realizado em até 10 dias após a entrega dos produtos solicitados, acompanhado da Nota Fiscal e das Certidões de Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista, conforme estabelecido no artigo 68 da Lei Federal 14.133/2021.

4.1.1 Prazo de entrega será de até 10 dias após o envio da Ordem de Serviço.

4.2 O local de entrega será na sede do município ou no endereço informado na ordem de serviços.

4.3 Ficará a cargo dos servidores públicos da secretaria solicitante a verificação e o recebimento provisório das mercadorias entregues. No entanto, a responsabilidade pela análise final e concessão do recebimento definitivo dos serviços será do Gestor (Secretário Municipal) da pasta.

4.4 Ficará como responsabilidade da contrata indenizar o Município de Alvorada de Minas, por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da execução do objeto, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos.

4.5 Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do contrato.

4.6 A contratada deverá responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, secundários, bem como com as taxas, impostos, frete e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta contratação, conforme o artigo 121 da Lei Federal 14.133/2021.

4.7 Os pagamentos à Contratada somente serão realizados mediante o efetivo fornecimento nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio Termo dos recebimentos mencionados acima.

4.8 Poderão participar dessa contratação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que preencherem as condições constantes deste Edital.

4.9 Da garantia do produto: a garantia consiste na prestação, pela empresa, de todas as obrigações previstas na lei nº 8.078, de 11/09/1990, Código de Defesa do Consumidor, bem como suas alterações complementares e/ou legislações de igual matéria.

4.10 A empresa fornecedora será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeitos, danificados ou incompatíveis com as especificações do termo, no prazo de 05 (cinco) dias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 4.10.1 Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais ou superiores, com aprovação prévia do contratante, sem custo adicional para este.
- 4.10.2 O transporte dos itens solicitados será de responsabilidade da empresa e/ou fornecedor contratados.
- 4.10.3 O prazo de entrega dos EPIS será de até 10 dias úteis a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento/Ordem de Fornecimento e/ou Ordem de Serviço.
- 4.10.4 A entrega da mercadoria será realizada no endereço que estiver na Autorização de Fornecimento/Ordem de Fornecimento e/ou Ordem de Serviço.
- 4.10.5 O pagamento será realizado em até 10 dias após a entrega dos produtos solicitados, acompanhado da Nota Fiscal e das Certidões de Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista, conforme estabelecido no artigo 68 da Lei Federal 14.133/2021.
- 4.11** A validade dos produtos, observada na data da entrega, deverá obedecer aos seguintes critérios:
- 4.11.1 Quando a vida útil for inferior a 12 meses: validade mínima de 80% (oitenta por cento).
- 4.11.2 Quando a vida útil for superior a 12 meses: validade mínima de 60% (sessenta por cento).
- 4.11.3 Não sendo o caso descrito acima, a mercadoria deverá ser entregue com um prazo de validade mínimo de 12 meses a contar da data de entrega.
- 4.12** O recebimento provisório será realizado pelos servidores da Secretaria solicitante, neste caso, pela Secretaria Municipal de Administração.
- 4.12.1 A Secretaria designará um servidor, fiscal do contrato, para verificar e atestar o recebimento provisório, o qual será formalizado por meio da assinatura no Documento Fiscal apresentado durante a entrega.
- 4.12.2 A total responsabilidade pelo recebimento definitivo dos itens solicitados recairá sobre o Secretário (a) Municipal da pasta administrativa vigente na data entrega.
- 4.12.3 A assinatura do Gestor da Pasta deverá constar no Documento Fiscal, assim como a assinatura do fiscal de contrato, mencionado anteriormente.
- 4.13** Os pagamentos à Contratada somente serão realizados mediante o efetivo fornecimento nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio Termo dos recebimentos acima mencionados.
- 4.13.1 Nenhum pagamento será efetuado enquanto restar pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do contrato.
- 4.14** Os contratantes, credor e fornecedor, deverão contratar à luz do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, Lei nº. 9.854/99 e no Decreto nº.4.358/2002, que dispõe sobre a vedação de trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de 18 anos, bem como qualquer trabalho para menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.
- 4.15** A contratada deverá se responsabilizar por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, secundários, bem como com as taxas, impostos, frete e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta contratação.
- 4.15.1 É responsabilidade da(o) contratada(o) indenizar o Município de Alvorada de Minas por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da execução do objeto, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos.
- 4.15.2 A contratada deverá manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº 14.133/2021, por este documento e pelo futuro edital.
- 4.15.3 O FORNECEDOR responderá por todo e qualquer dano provocado ao MUNICÍPIO DE ALVORADA DE MINAS/MG, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

acompanhamento exercido pelo MUNICÍPIO, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

4.16 A empresa interessada em participar da licitação precisa apresentar documentos que comprovem sua regularidade jurídica, como:

- Comprovação da existência da empresa, por meio do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- Contrato Social ou Estatuto Social: Documento que define a constituição e o funcionamento da empresa, além de suas atividades. Caso haja alteração recente, deve ser apresentada a alteração contratual.

- Comprovante de Inscrição Estadual ou Municipal: Dependendo do tipo de serviço ou produto, a empresa deve apresentar a inscrição no órgão competente, como a Secretaria da Fazenda.

4.17 A empresa deve comprovar que está regular perante as esferas fiscal e trabalhista:

- Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Certificado de Regularidade do FGTS: Comprovante de regularidade com o INSS e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

- Certidão de Regularidade Fiscal Federal e Estadual/Municipal: Certificados que comprovam a regularidade da empresa com o Fisco Federal, Estadual ou Municipal (dependendo da localização da licitação).

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT): Documento que comprova que a empresa está em conformidade com as obrigações trabalhistas.

4.18 A empresa precisa comprovar sua capacidade técnica para fornecer os EPIs, garantindo que os produtos atendem às normas e especificações exigidas:

- Atestados de Capacidade Técnica: Comprovações de que a empresa já forneceu produtos semelhantes, dentro das especificações técnicas exigidas pela licitação. Esses atestados devem ser fornecidos por clientes anteriores (públicos ou privados) e comprovar que a empresa tem experiência no fornecimento de EPIs de qualidade.

4.19 Certificações dos Produtos:

- Certificação do INMETRO: Para EPIs, os produtos devem ser certificados pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) ou outro órgão homologado, como garantia de que os equipamentos atendem aos padrões exigidos de segurança.

- Conformidade com Normas Técnicas: Os EPIs devem atender à NR-6, que estabelece requisitos específicos para cada tipo de EPI. Além disso, a empresa deve garantir que os EPIs seguem as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou outras normas internacionais quando aplicáveis.

- Certificado de aprovação (CA) que atesta que os EPIs atendem todos os requisitos técnicos e legais de segurança.

4.20 A empresa deve oferecer garantia dos produtos, com prazos estabelecidos para substituição ou reparo dos EPIs em caso de defeitos ou falhas dentro do período de garantia.

4.21 A empresa também deverá fornecer suporte técnico, caso haja necessidade de orientação sobre o uso correto dos EPIs ou a substituição de produtos defeituosos.

5. DO PLANO DE FISCALIZAÇÃO/GESTÃO DA ATA CONTRATO

5.1 Para a contratação pretendida haverá necessidade de providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração da ata contrato, tais como capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual. (art. 9º, inciso XI da IN 58/2022.)

5.1.1 As diversas secretarias operarão em estrita conformidade com os princípios que regem a Administração Pública. Nesse sentido, cada secretário da pasta assumirá o papel de gestor da ata contrato, bem como indicará um servidor público municipal para assumir o papel fiscalizador, encarregando-se de zelar e observar as normas vigentes da ata contrato. É crucial que ambos estejam plenamente cientes do conteúdo do Decreto Municipal Nº 09/2024, o qual aborda questões pertinentes ao seu papel e responsabilidades nesta função.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

- **Gestor de Contrato**
Debora Regina da Cunha Rocha
- **Fiscal de contrato**
Paula Generoso Lima Simões

6. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São Obrigações do Contratante:

- 6.1 Efetuar o pagamento ajustado;
- 6.1.2 Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução da ata contrato;
- 6.1.3 Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários para a entrega dos produtos;
- 6.1.4 Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos;

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 São Obrigações da Contratada:

- 7.1.2 A manter, durante toda a execução da ata contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência e demais anexos.
- 7.1.3 A contratada deverá manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº 14.133/2021, por este documento e pelo futuro edital.
- 7.1.4 Ficará como responsabilidade da contrata indenizar o Município de Alvorada de Minas, por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da execução do objeto, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos.
- 7.1.5 A contrata deverá responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, secundários, bem como com as taxas, impostos, frete e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta contratação.
- 7.1.6 Ficará a cargo da contratada a apresentações das habilitações exigidas para demonstrar a capacidade da contratada conforme o art. 62 da Lei Federal 14.133/2021.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 Até regulamentação interna que estabelecerá os casos e percentuais de subcontratação, não será admitida a subcontratação do objeto.

9. DA VIGÊNCIA DA ATA CONTRATAÇÃO

A presente contratação terá vigência 12 (doze) meses podendo ser prorrogada nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10. PAGAMENTO

10.1 Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria deste Município, diretamente na conta da contratada, em até 10 dias após a entrega dos produtos solicitados, acompanhado da Nota Fiscal e das Certidões de Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista, conforme estabelecido no artigo 68 da Lei Federal 14.133/2021.

10.1.2 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.1.3 Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do contrato.

10.1.4 Os pagamentos à Contratada somente serão realizados mediante o efetivo fornecimento nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio Termo dos recebimentos mencionados acima.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa o fornecedor que infringir as disposições previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

11.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.7 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.8 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.9 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.10 fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.11 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.12 considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da disputa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.1.13 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta licitação;

11.1.14 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.1.15 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, em processo de aplicação de penalidade, estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.1.16 Advertência pela falta do subitem 11.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.1.17 Multa de 10% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12;

11.1.18 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.1.19 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes municipais, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.1.20 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.1.21 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.1.22 as peculiaridades do caso concreto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

11.1.23 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.1.24 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.1.25 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.1.26 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.1.27 A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.1.28 Na aplicação da sanção prevista na alínea “b” do item 11.2 deste Termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.1.29 Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 11.2 deste Termo será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.1.30 Quando o quadro funcional não dispor de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item anterior será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

11.1.31 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.1.32 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se os demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

12. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

12.1 A estimativa de preços para a contratação, com base no valor de referência da última contratação para a mesma aquisição, e com base no relatório de pesquisa de preço estimasse que o valor médio seja R\$558.185,42 (quinhentos e cinquenta e oito mil cento e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos).

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Por se tratar de aquisição necessária ao desenvolvimento de atividades visando a melhoria dos procedimentos inerentes a esta instituição, considera-se a presente requisição em conformidade com o planejamento das diversas Secretarias.

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotações:

- 04.122.0002.2016 – Ficha: 095

Alvorada de Minas, 26 de junho de 2025.

Elaborado por:
Gilmar Silva Mourão



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO VII ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento marca o início da fase de planejamento e apresenta os estudos preliminares para a contratação de uma solução que atenderá à necessidade específica abaixo descrita. O objetivo principal desta etapa é realizar uma análise detalhada da demanda e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em conformidade com as normas vigentes e os princípios que regem a Administração Pública.

Diante desse contexto, o presente Estudo Técnico Preliminar tem como propósito realizar uma análise aprofundada que subsidiará a escolha da melhor solução para a aquisição de materiais de Equipamentos de EPI para manutenção das atividades da Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas- MG, juntamente com suas respectivas secretarias.

ÁREA REQUISITANTE

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Secretaria Municipal de Administração	Debora Regina da Cunha Rocha

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A necessidade de aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para atender todos os servidores da Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas surge em virtude da busca constante pela segurança e saúde no ambiente de trabalho, garantindo a integridade física e a proteção contra os riscos que podem surgir nas diversas atividades desempenhadas pelos servidores públicos.

A seguir, estão os principais pontos que justificam a aquisição de EPIs:

Diversidade de Funções: A Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas conta com uma equipe de servidores que desempenha diversas funções, desde atividades administrativas até funções que envolvem o trabalho em campo, como a manutenção de vias públicas, limpeza urbana, atividades em áreas de risco e serviços de saúde. Cada função exige tipos específicos de EPIs.

Riscos Ocupacionais: O ambiente de trabalho de cada servidor pode envolver riscos variados, como exposição a agentes químicos, biológicos, físicos (ruído, radiação), mecânicos (queda, impacto) e ergonômicos. A utilização adequada de EPIs ajuda na prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Atendimento às Normas Legais: A legislação vigente, como a Norma Regulamentadora NR-6 (Equipamento de Proteção Individual), estabelece que as instituições devem fornecer, gratuitamente, os EPIs adequados ao risco e garantir o treinamento necessário para o uso correto dos mesmos. O não cumprimento dessas normas pode resultar em sanções para a administração pública.

Prevenção e Qualidade de Vida dos Servidores: A aquisição de EPIs visa minimizar a ocorrência de acidentes e doenças, protegendo a saúde e a integridade física dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

servidores. Isso impacta positivamente no bem-estar dos funcionários, além de contribuir para a qualidade dos serviços prestados à população.

Fiscalização e Responsabilidade da Administração: A Prefeitura, como responsável pela gestão da segurança no trabalho, deve garantir que todos os servidores, independentemente da área de atuação, recebam os EPIs adequados e em quantidade suficiente para o desempenho das suas funções de forma segura.

Portanto, a compra dos EPIs é uma medida essencial para garantir a segurança, saúde e a proteção dos servidores municipais, assegurando também o cumprimento das normas trabalhistas e evitando possíveis acidentes ou doenças ocupacionais que possam comprometer a produtividade dos colaboradores e a qualidade dos serviços públicos prestados à população de Alvorada de Minas.

PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Dado o período de transição de governo, bem como da própria Lei de Licitações, o Plano de Contratações Anual já está em processo de elaboração, cumprindo a primeira etapa de levantamento das demandas de cada pasta para, após, compilarmos e iniciarmos todos os processos licitatórios pertinentes.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Poderão participar dessa contratação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que preencherem as condições constantes deste Edital.

Da garantia do produto: a garantia consiste na prestação, pela empresa, de todas as obrigações previstas na lei nº 8.078, de 11/09/1990, Código de Defesa do Consumidor, bem como suas alterações complementares e/ou legislações de igual matéria.

A empresa fornecedora será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeitos, danificados ou incompatíveis com as especificações do termo, no prazo de 05 (cinco) dias.

Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais ou superiores, com aprovação prévia do contratante, sem custo adicional para este.

O transporte dos itens solicitados será de responsabilidade da empresa e/ou fornecedor contratados.

O prazo de entrega dos EPIS será de até 10 dias úteis a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento/Ordem de Fornecimento e/ou Ordem de Serviço.

A entrega da mercadoria será realizada no endereço que estiver na Autorização de Fornecimento/Ordem de Fornecimento e/ou Ordem de Serviço.

O pagamento será realizado em até 10 dias após a entrega dos produtos solicitados, acompanhado da Nota Fiscal e das Certidões de Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista, conforme estabelecido no artigo 68 da Lei Federal 14.133/2021.

A validade dos produtos, observada na data da entrega, deverá obedecer aos seguintes critérios:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Quando a vida útil for inferior a 12 meses: validade mínima de 80% (oitenta por cento).

Quando a vida útil for superior a 12 meses: validade mínima de 60% (sessenta por cento).

Não sendo o caso descrito acima, a mercadoria deverá ser entregue com um prazo de validade mínimo de 12 meses a contar da data de entrega.

O recebimento provisório será realizado pelos servidores da Secretaria solicitante, neste caso, pela Secretaria Municipal de Administração.

A Secretaria designará um servidor, fiscal do contrato, para verificar e atestar o recebimento provisório, o qual será formalizado por meio da assinatura no Documento Fiscal apresentado durante a entrega.

Os pagamentos à Contratada somente serão realizados mediante o efetivo fornecimento nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio Termo dos recebimentos acima mencionados.

A total responsabilidade pelo recebimento definitivo dos itens solicitados recairá sobre o Secretário (a) Municipal da pasta administrativa vigente na data entrega.

A assinatura do Gestor da Pasta deverá constar no Documento Fiscal, assim como a assinatura do fiscal de contrato, mencionado anteriormente.

Nenhum pagamento será efetuado enquanto restar pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do contrato.

Os contratantes, credor e fornecedor, deverão contratar à luz do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, Lei nº. 9.854/99 e no Decreto nº.4.358/2002, que dispõe sobre a vedação de trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de 18 anos, bem como qualquer trabalho para menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

A contratada deverá se responsabilizar por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, secundários, bem como com as taxas, impostos, frete e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta contratação.

É responsabilidade da(o) contratada(o) indenizar o Município de Alvorada de Minas por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da execução do objeto, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos.

A contratada deverá manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº 14.133/2021, por este documento e pelo futuro edital.

O FORNECEDOR responderá por todo e qualquer dano provocado ao MUNICÍPIO DE ALVORADA DE MINAS/MG, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo MUNICÍPIO, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

Essa futura contratação deve considerar os benefícios associados às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme estabelecido na Lei



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Complementar nº 123/2006 e suas alterações, bem como na Lei 14.133/2021, que abordam essas questões.

A empresa precisa atender a vários requisitos legais e técnicos exigidos pelo **poder público** e pelo processo licitatório, conforme estabelecido pela **Lei nº 8.666/1993** (Lei de Licitações) ou pela **Lei nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações),

dependendo da modalidade de licitação adotada. Abaixo estão os principais requisitos que a empresa deve cumprir para participar da licitação.

1. Documentação de Habilitação Jurídica

A empresa interessada em participar da licitação precisa apresentar documentos que comprovem sua regularidade jurídica, como:

CNPJ: Comprovação da existência da empresa, por meio do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Contrato Social ou Estatuto Social: Documento que define a constituição e o funcionamento da empresa, além de suas atividades. Caso haja alteração recente, deve ser apresentada a alteração contratual.

Comprovante de Inscrição Estadual ou Municipal: Dependendo do tipo de serviço ou produto, a empresa deve apresentar a inscrição no órgão competente, como a **Secretaria da Fazenda**.

2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

A empresa deve comprovar que está regular perante as esferas fiscal e trabalhista: **Certidão Negativa de Débitos (CND)** ou **Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)**: Comprovante de regularidade com o **INSS** e com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**.

Certidão de Regularidade Fiscal Federal e Estadual/Municipal: Certificados que comprovam a regularidade da empresa com o **Fisco Federal, Estadual ou Municipal** (dependendo da localização da licitação).

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT): Documento que comprova que a empresa está em conformidade com as obrigações trabalhistas.

3. Qualificação Técnica

A empresa precisa comprovar sua capacidade técnica para fornecer os EPIs, garantindo que os produtos atendem às normas e especificações exigidas:

Atestados de Capacidade Técnica: Comprovantes de que a empresa já forneceu produtos semelhantes, dentro das especificações técnicas exigidas pela licitação. Esses atestados devem ser fornecidos por clientes anteriores (públicos ou privados) e comprovar que a empresa tem experiência no fornecimento de EPIs de qualidade.

4. Certificações dos Produtos

Certificação do INMETRO: Para EPIs, os produtos devem ser certificados pelo **INMETRO** (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) ou outro órgão homologado, como garantia de que os equipamentos atendem aos padrões exigidos de segurança.

Conformidade com Normas Técnicas: Os EPIs devem atender à **NR-6**, que estabelece requisitos específicos para cada tipo de EPI. Além disso, a empresa deve garantir que os EPIs seguem as **normas técnicas da ABNT** (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou outras normas internacionais quando aplicáveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Certificado de aprovação (CA) que atesta que os EPIS atendem todos os requisitos técnicos e legais de segurança.

10. Condições de Garantia e Pós-Venda

A empresa deve oferecer **garantia dos produtos**, com prazos estabelecidos para substituição ou reparo dos EPIs em caso de defeitos ou falhas dentro do período de garantia.

A empresa também deverá fornecer suporte técnico, caso haja necessidade de orientação sobre o uso correto dos EPIs ou a substituição de produtos defeituosos.

Esses são os requisitos principais que uma empresa precisa atender para participar de uma licitação de EPIs. A documentação necessária e os detalhes específicos podem variar conforme o edital da licitação e a modalidade adotada (pregão, tomada de preços, etc.). A empresa que deseja participar deve se atentar às exigências descritas no edital e garantir que todas as condições sejam cumpridas de forma adequada.

ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

A justificativa para as estimativas das quantidades desta licitação de EPIS foi baseada em uma análise detalhada das necessidades de todos os servidores pertencentes ao quadro de funcionário da Prefeitura Municipal e no dimensionamento adequado para atender ao público-alvo. Essas estimativas das quantidades foram elaboradas com base em critérios técnicos e operacionais, buscando garantir um serviço de qualidade e contínuo, dentro das necessidades do local e do público atendido. Tais estimativas visam otimizar recursos, atender à demanda sem excessos, e garantir a segurança no trabalho.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	ABAFADOR PROTETOR AUDITIVO ATENUAÇÃO DE 23 DB: POR SER DOBRÁVEL, É MUITO FÁCIL DE GUARDAR E MINIMIZAR A ENTRADA DE PARTÍCULAS PARA DENTRO DA CONCHA.	UNIDADE	100	94,17	9.417,00
2	AVENTAL DE PVC IMPERMEÁVEL COM FORRO EM TECIDO DE POLIESTER NA COR BRANCO: COM ALÇA NO PESCOÇO E TIRAS REGULAGEM NAS COSTAS, TAMANHO 63 CM X 120.	UNIDADE	150	10,90	1.635,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

3	AVENTAL DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM RASPA, TIRAS EM RASA E FIVELAS METÁLICAS PARA AJUSTES, MEDIDAS 1,40X60, PROTEÇÃO DO TRONCO DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE E TERMICOS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE SOLDAGEM E PROCESSOS. INDICADO PARA ATIVIDADES DE SOLDA, METALURGICAS, SIDERURGICAS E MADEIREIRAS.	UNIDADE	20	41,90	838,00
4	AVENTAL TERMICO IMPERMEÁVEL PARA USO DE COZINHAS INDUSTRIAIS; E TAMBÉM DE PEQUENO PORTE, RETARDANTE A CHAMA COM EXCLUSIVO TRATAMENTO ATÓXICO E IMPERMEÁVEL; PROPORCIONAM ELEVADO CONFORTO E EFICIENTE PROTEÇÃO CONTRA IRRADIADO E PROTEÇÃO DE LÍQUIDOS QUENTES OU VAPORES. PERMITE O CONTATO COM ALIMENTOS, SEM RISCO DE CONTAMINAÇÃO.	UNIDADE	100	99,95	9.995,00
5	BONÉ TIPO ARÁBE, CAPUZ DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM TECIDO DE MALHA DUPLA DE POLIESTER (HELANCA/BRIM), ABA BICO DE PATO, REFORÇO NA ABA COM TIRAS EM VIÉS, TIRAS INTEIRIÇAS EM VELCRO PARA AJUSTES NA PARTE	UNIDADE	300	13,90	4.170,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

	FRONTAL. APROVADO PARA PROTEÇÃO DO CRÂNIO E DO PESCOÇO DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIA-TE				
6	BOTA DE SEGURANÇA (CANO LONGO): TIPO IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADA EM POLICLORETO DE VINILA (PVC) INJETADO EM UMA SÓ PEÇA, FORRADA. MATERIAL DE PRIMEIRA QUALIDADE. COR: BRANCO. DIVERSOS TAMANHOS	PAR	200	49,60	9.920,00
7	BOTA DE SEGURANÇA, TIPO IMPERMEÁVEL, DE USO PROFISSIONAL, CANO LONGO CONFECCIONADA EM POLICLORETO DE VINILA (PVC) INJETADO EM UMA SÓ PEÇA, NA COR PRETA COM SOLADO AMARELO SEM FORRO.	PAR	200	57,90	11.580,00
8	BOTINA DE SEGURANÇA COM ELÁSTICO, CONFECCIONADA EM COURO (RASPA): NA COR PRETA, 50% COM E 50% SEM BIQUEIRA DE AÇO, DORSO ACOLCHOADO, PALMILHA DE MONTAGEM NO SISTEMA STROBELL, SOLADO DE POLIURETANO MONODENSIDADE, INJEÇÃO DIRETA AO CABEDAL, COM SISTEMA DE AMORTECIMENTO DE IMPACTO.	UNIDADE	500	53,99	26.995,00
9	BOTINA PARA ELETRICISTA COM ELASTICO EM COURO VAQUETA: SOLADO PU BIDENSIDADE - COM BIQUEIRA (BICO) EM	PAR	4	86,50	346,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

	COMPOSITE, TESTADO A 14KV CONFORME NORMA NBR 12576.				
10	CALÇADO STICKY SHOE. POSSUI SOLADO EM BORRACHA CONDUTIVA ANTIDERRAPANTE (SRCO EM FORMA DE COLMEIA, PALAMILHA DE CONJUNTO ANTIMICROBIANA HIGIENIZÁVEL, COM NANO TECNOLOGIA DE ABSORÇÃO E EVAPORAÇÃO DO SUOR, AMORTECIMENTO COM SISTEMA ANTITORÇÃO COR BRANCO.	PAR	100	82,00	8.200,00
11	CAMISA DE MANGA LONGA 100% ALGODÃO, NA COR VERDE LIMÃO E LISTRAS, FOTOLUMINESCENTES PERSONALIZADO COM LOGO DA EMPRESA, TAMANHO (P), (M), (G), (GG)	UNIDADE	100	79,90	7.990,00
12	CANALIZADOR DE TRÁFEGO FABRICADO EM POLIETILENOLINAR DO PROCESSO ROTO MOBAGEM, COM TRAÇÃO DOS RAIOS SOLARES COM 1,29X 0,60X 0,60 MM	UNIDADE	40	260,00	10.400,00
13	CAPA DE CHUVA LONGA COM CAPUZ COM AJUSTE E MANGAS LONGAS EM PVC FORRADO, GROSSO COSTURA É ÓTIMA QUALIDADE EM SOLDA ELETRÔNICA. FORRO EM POLIESTER E FECHAMENTO FRONTAL COM BOTÃO DE PRESSÃO, COMPRIMENTO DA CAPA ABAIXO DO JOELHO, TAMANHO 50% (G), 50% (GG).	UNIDADE	250	19,96	4.990,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

14	CAPACETE ABA FRONTAL COM ABAFADOR E JULGAR: FEITO EM POLIETILENO DE ALTA RESISTÊNCIA.	UNIDADE	20	219,98	4.399,60
15	CAVALETE PLÁSTICO DESMONTÁVEL 115X 50X 81,5 COM DE POLIETILENO.	UNIDADE	30	640,00	19.200,00
16	CAVALETES EM PVC NA COR PRETO E AMARELO, TAMANHO 26X65CM, COM ESCRITO PISO MOLHADO	UNIDADE	50	44,00	2.200,00
17	CONE DE SINALIZAÇÃO REFLETIVO PESADO POSSUI ESTRUTURA FLEXIVEL, QUE PERMITE UMA DURABILIDADE MAIOR POR NÃO QUEBRAR COM IMPACTO, EXCELENTE PARA SINALIZAR RODOVIAS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS. MATERIAL: COMPOSTO SINTETICO FLEXIVEL, PESO 3,5 KG DIMENSÕES DA BASE 40X 40, ALTURA 75CM, COR ZEBRADO/ LARANJA E BRANCO	UNIDADE	100	89,00	8.900,00
18	CONJUNTO CALÇA E CAMISA EM BRIM TECIDO PROFFISIONAL 100% ALGODÃO, BOA QUALIDADE E ALTA RESISTENCIA. CONFORTO DURABILIDADE E ÓTIMO VISUAL. VESTE BEM NO SETORES: INDÚSTRIA EM GERAL, CONSTRUÇÃO CIVIL, AUTOMOTIVO, HOSPITALAR, TRANSPORTES, METALÚRGICAS, MECÂNICA, ELETRIISTAS, PEDREIROS. CALÇA COM ELÁSTICO E CORDÃO NA	UNIDADE	160	100,80	16.128,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

	CINTURA, 2 BOLSOS NA FRENTE E 1 TRASEIRO. FABRICAMOS COM FAIXA REFLETIVA OU SOMENTE FITA REFLETIVA DE 5 CM. NA COR CINZA, PERSONALIZADO COM LOGO DA EMPRESA. TAMANHO (P), (M), (G), (GG)				
19	CONJUNTO DE UNIFORME ELETRICISTA NR10 RISCO: RISCO 1(I) E 2(II) COM PROTEÇÃO PARA ARCO-ELETRICO E FOGO REPENTINO É COMPOSTO DE CALÇA E CAMISA. PERSONALIZADO COM LOGO DA EMPRESA	UNIDADE	4	349,80	1.579,20
20	CREME DESENGRAXANTE ISENTO DE ABRASIVOS E SOLVENTES: REMOVE COM FACILIDADE , GRAXAS OLEOS, FULIGENS, NEGRO DE FUMO , SEM AGREDIR A PELE É BIODEGRADAVEL MELHOR CUSTO BENEFICIO UM PORTE DE 500 GRAMS RENDE 166 APLICACOES	UND	50	18,35	917,50
21	ESCUDO DE SOLDA EM POLIPROPILENO, VISOR FIXO COM ENCAXE PARA FILTRO DE LUZ E PLACA DE COBERTURA DE PLASTICO NA PARTE INTERNA E EXTERNA	UNIDADE	20	174,60	3.492,00
22	FITA PARA PISO ANTIDERRAPANTE,; ÓTIMA RESISTÊNCIA A ÁGUA, NÃO RESISTENTE A SOLVENTES. UTILIZADA NA PREVENÇÃO DE ACIDENTES EM ESCADAS, RAMPAS, AREAS ESCORREGADIAS, ETC.	UNIDADE	500	31,91	15.955,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

23	FITA ZEBRADA PARA DEMARCAÇÃO DE ÁREA.: UTILIZADA PARA DEMARCAR E ISOLAR ÁREAS ONDE HAJA POSSÍVEIS RISCOS DE ACIDENTES, OU SIMPLEMENTE PRECISEM SER ISOLADAS.	UNIDADE	100	30,50	3.050,00
24	GARRAFA TERMICA 5 LITROS - QUENTE E FRIO: GARRAFÕES PRODUZIDOS EM MATERIAL VIRGEM, ATÓXICO E SEM ODORE,	UNIDADE	40	37,90	1.516,00
25	LUVA 100% EM BORRACHA NATURAL LÁTEX REFORÇADA NA COR LARANJA: INTERIOR FORRADO E PALMA ANTIADERENTE, A LUVA É FABRICADA COM ESPESSURA DE 0,70 MM, POR SER MAIS ESPESSE QUE AS LUVAS COMUNS DE LÁTEX, POSSUI EXCELENTE RESISTÊNCIA A ABRASÃO, RASGOS E PERFURAÇÕES, ALÉM DE UMA EXCELENTE RESISTÊNCIA A TRAÇÃO. POSSUI RESISTÊNCIA QUÍMICA CONTRA ÁCIDOS, CETONAS, SAIS, DETERGENTES, ÁLCOOIS, PRODUTOS ALCALINOS E GORDURAS.	PAR	500	37,71	18.885



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

26	LUVA ALTA ELASTICIDADE E COMPACTNESS - BOWOO: COZINHA E LUVAS DE TRABALHO SÃO BEM PRODUZIDOS COM ALTA ELASTICIDADE A ATENDER ÀS SUAS MÃOS MUITO BEM, QUE AJUDA O SEU TRABALHO TAMPA FLEXIVEL COMO NADA EM SUAS MÃOS, MAIS SUAVE E DURABLE-BOWOO HPPE CORTE LUVAS RESISTENTES A USAR MATERIAL DE ALTA PERFORMACE RESISTENTE AO CORTE QUE É PREMIADO COM O MAIS ALTO NIVEL DE EN388 23 RESISTENCIA AO CORTE COM CERTIFICAÇÃO BEM O SENTIMENTO AO TOQUE MACIO, AMPLAMENTE DISPONÍVEL, NOSSAS LUVAS SÃO PERFEITAS PARA O COZINHEIRO CHEFE OU ALGUÉM QUE TRABALHA NA COZINHA: CORTE, DESCASQUE, ESCULTURA, PIEELING E ASSIM POR DIANTE, FÁCIL DE LIMPAR POR MÃOS OU MÁQUINA, APENAS PENDURÁ-LO NO LUGAR VENTILADO E ENTÃO VOCE PODE USA-LO NOVAMENTE.	PAR	15	3,69	55,35
27	LUVA COM REVESTIMENTO DE BORRACHA NITRILICA, REVESTIMENTO DE ESPUMA:CALIBRE ANTI-CORTE RESITENCIA AO CORTE ATE O NIVEL 5, HPPE/FIBRA DE VIDRO/SPANDEX/NYLON, LAMINA DE CORTE RESISTENTE, ÓLEO, BOA	PAR	100	10,99	1.099,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

	ADERENCIA, DURAVEL.				
28	LUVA CONFECCIONADA EM VAQUETA UTILIZADA COMO PROTEÇÃO PARA AS LUVAS DE BORRACHA: PARA SERVIÇOS DE REDE ELETRICA POSSUI PUNHO DE RASPA COM FECHAMENTO E APERTO ATRAVÉS DE UMA CINTA DE VAQUETA E FIVELA PLÁSTICA.	PAR	6	31,99	191,94
29	LUVA DE ALTA TENSÃO É COMPOSTA DE BARRACHA NATURAL: DESENVOLVIDA COM O INTUITO DE PROTEGER A MÃO, O PUNHO E A PARTE DO ATEBRAÇO DO USUARIO, PERMITINDO COMPLETA INDEPENDÊNCIA DE MOVIMENTO DOS DEDOS, PERMITE TRABALHO TENSÃO 500V E PICO 2500V. INDICADO PARA ISOLAMENTO ELETRICO, OFERECE PROTEÇÃO CONTRA CHOQUES ELETRICOS, QUEIMADURAS, LESÕES SÉRIAS OU MORTE.	PAR	4	311,00	1.244,00
30	LUVA DE LATEX NATURAL CORRUGADO PRO GARI SS 1009: AS LUVAS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO EM LATÉX NATURAL CORRUGADO SÃO UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL, COLETA DE RESIDUOS URBANOS E INDUSTRIAIS, CARGA E DESCARGA DE MATERIAIS, COLHETA	PAR	500	10,99	5.495,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

	AGROINDUSTRIAL, INDUSTRIAS DE VIDROS E MANUTENÇÃO E MANUSEIO DE PEÇAS SECAS OU UMIDAS.				
31	LUVA DE PROTEÇÃO CONFECCIONADA EM COURO VACUMTIPO VAQUETA NA PALMA DE DORSO EM RASPA: EDE COURO, MODELO 5 DEDOS, POSSUI REFORÇO INTERNO NA PALMA, CANO CURTO E COMPRIMENTO DE 25 CM (MEDIDA DA BORDA DO PUNHO ATE O DEDO MAIOR). ENVIAR (50% CANO LONGO E DE 50% CANO CURTO)	PAR	100	13,75	1.375,00
32	LUVA DE PROTEÇÃO, COM REFORÇO: CONFECCIONADA EM RASPA DE COURO DE TIPO 5 DEDOS COM REFORÇO NA PALMA; POSSUI TIRAS DE REFORÇO ENTRE O POLEGAR E O INDICADOR E PUNHO DE SEGURANÇA TAMBEM EM RASPA, LUVA DE PROTEÇÃO COM REFORÇO, (ENVIAR 50% CANO CURTO E 50% CANO LONGO)	PAR	300	14,19	4.257,00
33	LUVA DE SEGURANÇA TERMICA, CONFECCIONADA EM FIBRA DE POLIÉSTER(NONTECK) E GARRAFA TEX EM ALGODÃO E POLIÉSTER DE 4 FIOS, MITENE MODELO 2 DEDOS PUNHO LONGO- COMPRIMENTO TOTAL 45CM TEMPERATURA DE CONTATO DE- 25°C ATÉ	PAR	50	163,40	8.170,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

	250°C(DURANTE 15 SEGUNDOS). APLICAÇÃO: COZINHA INDUSTRIAL, FORNOS, BANDEIJAS, PANEAS E OUTRAS ATIVIDADES PARA PROTEÇÃO TERCICA.				
34	LUVA EM PVC NA COR VERDE COM SUPORTE TÊXTIL, E 46 CM DE COMPRIMENTO TOTAL. PVC DE ALTA QUALIDADE E MELHOR ADERENCIA A OBJETOS, ÚMIDOS E OLEOSOS.	PAR	200	46,59	9.318,00
35	LUVA PIGMENTADA CONFECCIONADA EM TECIDO DE ALGODÃO E TRICOTADA EM 3 FIOS: SUA CARACTERISTICA PERMITE RESPIRABILIDADE COM MENOS FADIGA PARA A MÃO.	PAR	200	2,89	587,00
36	LUVA SS1007. LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA COM FIOS DE ELASTANO E FIBRA DE VIDRO COM POLIETILENO, REVESTIDA COM LATEXNITRILICO, FAZ PALMAR E PONTAS DOS DEDOS	PAR	300	31,99	9.597,00
37	LUVA TRICOTADA . FUVA TRICOTADA COM FORREO, OFERECE A MELHOR PROTEÇÃO AO CORTE DE CATEGORIA DOOM CONFORTO E DESTREZA, O BANHO NA PALMA ALMENTA A VIDA UTIL DA LUVA EM CONDIÇÕES ABRADIVAS E PERMITE A RESPIRABILIDADE DO DORSO DAS MÃOS. COR: CINZA. TAMANHO: 9 E 10.	PAR	150	10,50	1.575,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

38	MACACÃO CONFECCIONADO EM PVC DUPLA FACE COM TRAMAS EM NYLON (TREVIA KP 500): POSSUI CAPUZ ACOPLADO, FECHAMENTO FRONTAL PRIMARIO POR ZIPER E FECHAMENTO SECUNDARIO EM PALA COM QUATRO PLÁSTICOS; ESPESSURA DE 0,40 A 0,42 MM. POSSUI UMA BOLSA INTERNA DO TIPO CANGURU, LUVAS E BOTAS DE PVC, ACOPLADAS ATRAVES DE SOLDA ELETRONICA; TESTADO E APROVADO PELAS NORMAS BS 3546:1977 NO LABORATORIO DO IPT; CARACTERISTICAS E APLICABILIDADE: PARA PROTEÇÃO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUARIO, CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA. PA3 RA HIGIENIZAÇÃO UTILIZAR ÁGUA E SABÃO NEUTRO;	UNIDADE	10	289,50	2.895,00
39	MACAÇÃO PARA RISCOS QUIMICOS. VESTIMENTA DE SEGURANÇA, TIPO MACACÃO, CONFECCIONADO E EM POLIETILENO, FECHAMENTOFRONTAL COM ZIPER, ELÁSTICO NO CAPUZ, PUNHO E OTRNOZELOS. PARA PROTEÇÃO DE CRÂNIO, PESCOÇO, TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUÁRIOCONTRA RISCO	UNIDADE	100	14,60	1.460,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

	DE ORIGEM QUÍMICA. COR: BRANCO. TAMANHO: P, M, G E GG.				
40	MANGUITO PARA BRAÇO COM PROTEÇÃO SOLAR UV. LINE-(PRETO), SEU TECIDO POSSUI TOQUE AGRADÁVEL, É MACIO E CONFORTÁVEL. SECA RAPIDAMENTE E NÃO CAUSA MAU-CHEIRO. COSTURA COM PONTO QUE NÃO MACHUCA A PELE. MÁXIMA PROTEÇÃO FPU50+ PERMANETE; TECIDO EM MALÇA 90% POLIAMIDA 10% ELASTANO; PROTEÇÃO DO BRAÇO E ANTEBRAÇO; TECIDO LEVE E CONFORTÁVEL, EXCELENTE ACABAMENTO. COR PRETO TAMANHO (P), (M), (G), (GG)	PAR	100	24,90	2.490,00
41	MASCARA DE SOLDAS COM PROTEÇÃO DOS OLHOS E FACE DO USUARIO: CONTRA IMPACTOS DE PARTICULAS VOLANTES MULTIDIRECIONAIS E RADIAÇÕES PROVENIENTES DE SERVIÇOS DE SOLDAGEM. ALGUNS MODELOS POSSUIM AJUSTE DE TONALIDADE CONTRA A INTENSIDADE DA LUZ VISIVEL. MATERIAL POLIPROPILENO COM VISOR ARTICULADOR, DIMENSÃO DA LENTE 51 MM X 108 MM.	UNIDADE	10	36,95	369,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

42	MASCARA RESPIRATÓRIA SEMI AIR TOX II: INICADO PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATORIAS DO USUARIO CONTRA A INALAÇÃO DE PARTICULAS SÓLIDAS, QUANDO UTILIZADO COM FILTROS MECÂNICOS OU COMBINADO E CONTRA GASES E VAPORES, QUANDO UTILIZADO COM FILTROS QUIMICOS OU COMBINADOS. NRR-COM TRÊS FLANGES COM CORDÃO DE POLIPROPILENO E ESTOJO.	UNIDADE	200	45,99	9.198,00
43	OCULOS DE PROTEÇÃO, LENTES DE DUROPOLICARBOBONO COM TRATAMO ANTIRISCO:HASTES EM MATERIAL RESISTENTE, VISOR CURVO PARA PROTEÇÃO LATERAL, ACOMPANHA CORDÃO DE SEGURANÇA, COR DAS LENTES INOLOR E CINZA	UNIDADE	200	3,99	798,00
44	OCULOS DE SEGURANÇA MODELO AMPLA VISÃO: CONSTITUIDO DE ARMAÇÃO CONFECCIONADA EM UMA ÚNICA PEÇA EM PVC FLEXIVEL TRANSPARENTE COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO INDIRETA, COMPOSTO DE 6 VÁLVULAS, SENDO 3 DE CADA LADO DA ARMAÇÃO, VISOR DE PLASTICO INCOLOR, O AJUSTE DA FACE DO USUÁRIO E FEITA E FEITA ATRAVÉS DE UM ELÁSTICO, A VEDAÇÃO LATERAL AUXILIA CONTRA	UNIDADE	100	26,70	2.670,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

	LIQUIDOS EXCETO PRODUTOS QUIMICOS				
45	OCULOS DE SEGURANÇA MODELO ESPORTIVO, ÓCULOS DE SEGURANÇA COM ARMAÇÃ, VISOR, APOIO NASAL E HASTES DO TIPO ESPATULA CONFECCIONADOS EM POLICARBONATO, PROTEGE A ÁREA DOS OLHOS CONTRA IMPACTOS DE PARTICULAS VOLANTES FRONTAIS, COR DAS LENTE CINZA E INCOLOR.	UNIDADE	300	3,99	1.197,00
46	PALMILHA DE SILICONE, MATERIAL GEL PU E SILICONE, PRODUTO ORTOPÉDICO, EM GEL, SUPER CONFORTÁVEL, IDEAL PARA O DIA-A-DIA NO TRABALHO, PRODUZIDO COM AROMATIZANTE, TOTAL ABSORÇÃO DE IMPACTOS ANATÔMICA E EXTREMAMENTE CONFORTAVEL COM TECIDO ANTIBACTERIANO ORIFÍCIOS QUE REDUZEM A UMIDADE DOS PÉS.	PAR	50	15,90	795,00
47	PERNEIRA DE SEGURANÇA COM 5 TALAS DE PROTEÇÃO FRONTAL E PROTEÇÃO PARA JOELHO INTEGRADA: CONFECCIONADA EM COURO SINTETICO DUPLO COM PROTEÇÃO PARA CANELA 5 ALMAS DE	PAR	100	29,95	2.995,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

	POLIPROPILENO PROTEÇÃO PARA DORSO DO PÉ 0,5 M DE FIOS DE AÇO INTERCALADOS.				
48	PISO MOEDA EMBORRACHADO, HIGIENICO E ANTIDERRAPANTE, NÃO RECECA, AGE COMO ISOLANTE ELETRICO E NÃO RETEM SUJEIRA. PODE SER USADO EM LOCAIS COMO TRAFEGO INTENSO COMO RAMPAS E ETC.	METROS	500	113,05	56.525,00
49	PROTETOR AUDITIVO AURICULAR TIPO PLUG DE INSERÇÃO DE SILICONE COM CORDÃO ATENUAÇÃO 13DB	UNIDADE	50	0,85	42,50
50	PROTETOR FACIAL TOTAL: CÚPULA FABRICADA EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, VISOR EM POLICARBONATO INCOLOR, TAMANHO 200MM (8 POLEGADAS) COM CATRACA.	UNIDADE	50	34,30	1.715,00
51	PROTETOR SOLAR FATOR 60: OFERECE ALTA PROTEÇÃO A PELE CONTRA OS EFEITOS NOCIVOS DA RADIAÇÃO SOLAR, AJUDANDO A PREVENIR AS QUEIMADURAS SOLARES. COM PODEROSO ANTIOXIDANTE BIOLÓGICO QUE PREVINE A PEROXIDAÇÃO LÍPIDICA E ENVELHECIMENTO PRECOCE. ALÉM DISSO, MINIMIZA OS DANOS NA PELE CAUSADOS PELOS RAIOS INFLAVERMELHOS	UNIDADE	300	21,90	6.570,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

	DEVIDO A AÇÃO ANTIOXIDANTE DO PRODUTO, AÇÃO HIDRATANTE, RÁPIDA ABSORÇÃO, TEXTURA LEVE, NÃO COMEDOGÊNICO. SEM CORANTE. DEMONINAÇÃO DE CATEGORIA DE PROTEÇÃO (DCP): PROTEÇÃO MUITO ALTA				
52	REPELENTE CORPORAL SPRAY DE LONGA DURAÇÃO. POSSUI ICARIDINA EM SUA FÓRMULA SENDO EFICAZ CONTRA O MOSQUITO DA ZIKA, DA DENGUE E DO CHIKUNGUNYA, SENDO EFICAZ TAMBÉM CONTRA PERNILONGOS E MURIÇOCAS. É A BASE DE ÁGUA, SEM FRAGRÂNCIA E TESTADO DERMATOLOGICAMENTE, TEXTURA AGRADÁVEL E SECA RÁPIDO, 100ML	UNIDADE	200	19,90	3.980,00
53	RESPIRADOR DESCARTÁVEL PFF2: INDICADO PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATORIAS CONTRA FUMOS, NEVOAS E POEIRAS TOXICAS: AS BESTOS (ATE 2 FIBRAS/SM), FIBRAS DE VIDRO, PÓ DE CARVÃO, CHUMBO , FERRO, SÍLICA, FUMOS, ALUMINIOS E OUTRAS POEIRAS ATÉ 10 VEZES O SEU LIMITE DE TOLERÂNCIA.	UNIDADE	600	0,99	594,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

54	RESPIRADOR DESCARTAVEL TIPO CONCHA- 1860B PFF- 2(S)/N95. CONSTITUIDO POR UMA CONCHA INTERNA DE SUSTENTAÇÃO- COMPOSTA DE NÃO- TECIDO MOLDADO EM FIBRA SINTÉTICAS POR UM PROCESSO SEM RESINA. SOBRE ESTA CONCHA É MONTADO O MEIO FILTRANTE COMPOSTO POR MICROFIBRAS TRATADAS ELETROSTATICAMENTE. A PARTE EXTERNA DO RESPIRADOR É COMPOSTA POR UM NÃO-TECIDO QUE PROTEGE O MEIO FILTRANTE EVITANDO QUE AS FIBRAS POSSAM SE SOLTAR. A ESTE CONJUNTO SÃO INCORPORADAS 2 BANDAS DE ELÁSTICO, UMA TIRA DE ESPUMA E UM GRAMPO DE AJUSTE NASAL NECESSÁRIO PARA MANTER O RESPIRADOR FIRME E AJUSTADO NA FACE DO USUÁRIO. COR BRANCA TAMANHO REGULA	UNIDADE	300	22,81	6.843,00
55	TOUCA TIPO ÁRABE EM HELANCA COM FECHAMENTO EM VELCRO	UNIDADE	50	8,95	447,50
56	SUPER EPI JUNTO A VICSA COLOCOU NO MERCADO UM KIT PERFEITO PARA SUA SEGURANÇA CONTRA QUEDAS DE LONGA ALTURA. SUGERIMOS O MODELO VICSA VIC20529 CONFECCIONADO COM CADARÇO EM POLIÉSTER	UNIDADE	4	516,48	2.065,92



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

	BICOLOR 45MM, 4 PONTOS DE ANCORAGEM (FRONTAL, DORSAL E LATERAIS), ALÇAS NOS OMBROS PARA TRABALHOS EM ESPAÇOS CONFINADOS, APOIO LOMBAR, REGULAGEM TOTAL E INDICADOR DE QUEDA. O TALABARTE INCLUSO É EM Y COM ELÁSTICO NAS FITAS E ABSORVEDOR DE ENERGIA JUNTAMENTO COM TRAVA DUPLA, UM KIT DE TOTAL PROTEÇÃO EM ALTURA PARA O USUÁRIO.				
57	BALACLAVA DE MALHA FR, ANTICHAMAS RISCO PROTEÇÃO DO CRÂNIO E PESCOÇO APLICAÇÃO DE APTV BORDADO OU ETIQUETA CONFECCIONADO COM ESTRUTURA DUPLA LINHA 100% META ARAMIDA ANTICHAMAS CONFECCIONADA EM TECIDO MALHA, INTERLOCK 1852 FM, 100% ALGODÃO, ATPV 15,2 CAL/CM, COM GRAMATURA NOMINAL DE 700Z/YD (240 G/M).	UNIDADE	20	125,90	2.518,00
58	LUVAS CARACTERÍSTICAS MATERIAL: VAQUETA/COURO É ANTIDERRAPANTE: NÃO CERTIFICAÇÕES: EN420	PAR	20	793,11	15.862,20
59	BOTA COTURNO MILITAR BOMBEIROU: BOTA MILITAR SAPATOFRAN É SEM DÚVIDAS A MELHOR OPÇÃO EM RELAÇÃO A CUSTO-BENEFÍCIO, SÃO RESISTENTES E MUITO	PAR	12		



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CONFORTÁVEIS, DE EXTREMA QUALIDADE. ALÉM DE MODERNOS, SÃO DESENVOLVIDOS EM COURO, REFORÇO INTERNO DE EVA EM MANTA TRAMADA E COSTURAS DUPLAS. O SEU FORRO POSSUI TRATAMENTO ANTIBACTERIANO E ANTI FUNGOS. REFORÇADO NO BICO E TRASEIRA EM TERMOPLÁSTICO DE 2,5 MM TRAMADO. SOLADO COSTURADO 360°, FEITO EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE ELABORADA PARA QUALQUER TIPO DE TERRENO, RESISTENTE ATÉ 240° E A ELETRICIDADE. POSSUI PALMILHA ANATÔMICA CONFORTÁVEL EM POLIURETANO COM 1,5 CM NO CALCANHAR E 1,0 CM NA PONTA DO PÉ. O ZÍPER LATERAL É O ÚNICO ITEM EM METAL NA BOTA, AUXILIANDO O CALÇAR E FECHAMENTO DA BOTA MAIS RAPIDAMENTE E É PROTEGIDO COM COURO. POSSUI PROTEÇÕES EM TERMOPLÁSTICOS, TROCADORES DE MARCHA, GUARDA FACAS OU TESOURAS NA LATERAL. AS BOTAS MILITARES DA SAPATOFRAN SÃO RECOMENDAS PARA TRABALHOS MILITARES, RESGATES DO SAMU, BOMBEIROS, POLICIAIS,			157,26	1.887,12
---	--	--	--------	----------



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

	MOTOCICLISTAS, TRABALHOS PESADOS.MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA DA SOLA NA PONTA 2,0CM.ALTURA DA SOLA CALCANHAR 3,0CM.				
60	LANTERNA DE CABEÇA TURBO LED 8 DESCRIÇÃO PARA MELHOR COMODIDADE, A TURBO LED, DISPÕE DE 3 ESTÁGIOS DE LUZ: 2 LEDS, 4 LEDS E 8 LEDS.FABRICADA EM PLÁSTICO PP, LENTE DE POLICARBONATO E BOTÃO DE ACIONAMENTO EM PVC, ESTA É UMA LANTERNA DE ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE.ESPECIFIC AÇÕES: LÂMPADA: LEDS LUMENS: 20ALIMENTAÇÃO: 3 PILHAS AAA TAM. EMBALAGEM: 19CM X 7CM X 15CM PESO: 162G.	UNIDADE	15	121,2 3	1.818,45
61	FUMIGADOR: ESPECIFICAÇÕES CORPO (TACHO) EM AÇO GALVANIZADO 6 LITROS;TAMPA EM AÇO GALVANIZADO;GRELHA EM AÇO GALVANIZADO;BICO DE PATO EM AÇO GALVANIZADO;ALÇAS DE MADEIRA MACIÇA; FOLE EM COURVIN;MEDIDAS DO TACHO: 32CM DE ALTURA X 15CM DEDIÂMETRO;MEDIDAS TOTAL: 41CM DE ALTURA X 25CM DE DIÂMETRO;PESO:3,5KGA UNIDADE;ACIONADO COM FOLES FABRICADO EM	UNIDADE	4	162,53	650,12



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

	MADEIRA MACIÇA COM TECIDO EM NAPA (COURVIN) COM TELA DE PROTEÇÃO NA ENTRADA DO AR IMPEDINDO O EMPILHAMENTO DE ABELHAS.				
62	ROUPA DO APICULTOR :O MACACÃO PARA APICULTURA O MACACÃO PARA APICULTURA É FEITO EM BRIM DE ALTA QUALIDADE, OFERECENDO O CONFORTO E A SEGURANÇA NECESSÁRIA PARA O APICULTOR PODER TRABALHAR MAIS À VONTADE.CONFECCIONAD O COM TECIDO DE BRIM E COM TELAS NO CHAPÉU, O MACACÃO DE APICULTOR FACILITA A VISÃO E A CIRCULAÇÃO DE AR. O CONJUNTO É INTEIRO, COM A MÁSCARA COSTURADA AO MACACÃO, TENDO FECHO DE ZÍPER PARA MELHOR PROTEÇÃO DO APICULTOR.ESPECIFICAÇÕ ES TÉCNICAS: TECIDO DE BRIM;TELAS NA MÁSCARA; CONJUNTO INTEIRO, A MÁSCARA É COSTURADO COM O MACACÃO;FECHE DE ZÍPER;TAMANHOS: M,G	UNIDADE	4	149,90	599,60



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

63	CAPACETE - CLASSE III A EQUIPAMENTO FUNDAMENTAL PARA TRABALHO EM ALTURA E NA MAIORIA DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS. OS CAPACETES PROTEGEM AO TRABALHADOR EM CASO DE QUEDA DE OBJETOS OU DO PRÓPRIO USUÁRIO.TIPO III – CLASSE A –PESO: 437 G CASCO CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) COM PROTEÇÃO UV. DUAS FENDAS LATERAIS (SLOTS) PARA ACOPLAMENTO DE ACESSÓRIOS.CINCO ORIFÍCIOS LATERAIS QUE APERFEIÇOAM A VENTILAÇÃO.TRÊS ÁREAS COM ACABAMENTO POLIDO PARA PERSONALIZAÇÃO DO CAPACETE.SISTEMA DE AJUSTE PERIMETRAL FORMADO POR CARNEIRA DE CONTORNO FABRICADA EM PEAD, COM CATRACAGIRATÓRIA LOCALIZADA NA NUCA, QUE PERMITE UMA REGULAGEM PRECISA, ATINGINDO UM PERÍMETRO MÍNIMO DE 52 CM E MÁXIMO DE 64 CM.CARNEIRA DOTADA DE MATERIAL ACOLCHOADO DE POLIETILENO RETICULADO COM CANAIS DE VENTILAÇÃO, TOTALMENTE REMOVÍVEL PARA HIGIENIZAÇÃO OU TROCA.ESPUMA DE CONFORTO SUPERIOR	UNIDADE	15	200,75	3.011,25
----	---	---------	----	--------	----------



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

<p>ACOPLADO À COROA QUE ATUA COMO AMORTECEDOR.SISTEMA DE SUSPENSÃO INTELIGENTE DE AMORTECIMENTO QUE MANTÉM UMA DISTÂNCIA UNIFORME ENTRE O CASCO E A CARNEIRA E ENTRE O CASCO E O TOPO (COROA). ESSA FOLGA MANTÉM O CASCO ISOLADO DA CABEÇA, PERMITINDO QUE O SISTEMA DE SUSPENSÃO TENHA ESPAÇO SUFICIENTE PARA ABSORVER A ENERGIA DECORRENTE DE UM IMPACTO.FITA JUGULAR TOTALMENTE REGULÁVEL COM SISTEMA DE AJUSTE DBF® (DOUBLE BACK FIT) QUE PERMITE MANTER A SOBRA DE FITA SEMPRE AJUSTADA E COMPACTADA, EVITANDO ACIDENTES.ACOMPANHA CLIPES PARA INSTALAÇÃO DE LANTERNA DE CABEÇA FRONTAL (4 UNIDADES).NORMA NBR 8221 BASEADA EM NORMAS EN 307:1995, ISO 3873:1997 E ANSI Z89.1 CA: 44761</p>				
--	--	--	--	--

Os “valores totais” de cada item foram estimados utilizando pesquisas feitas nos sites: **REFERÊNCIAS:**

- <https://cblsinalizacao.com.br/>
- <https://www.hmloja.com.br/>
- <https://www.solusegepi.com.br/>
- <https://www.astrodistribuidora.com/>
- <https://www.jcdecor.com.br/>
- <https://www.lojadomecanico.com.br/>
- <https://www.superepi.com.br/>
- <https://www.epipremium.com.br/>



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

- <https://www.agrobees.com.br/>

FONTE DE RECURSO :

Nº DA DOTAÇÃO	Nº DA FICHA	SECRETARIA RESPONSÁVEL
04.122.0002.2016	095	Secretaria Municipal de Administração

LEVANTAMENTO DE MERCADO

Após um levantamento feito pela Secretaria de Administração visando soluções viáveis para a contratação em questão. Nesse processo, foram consideradas as modalidades licitatórias indicadas no Documento de Formalização de Demanda de todas as secretarias. Após a pesquisa, foram identificadas as seguintes soluções:

Pregão Eletrônico: modalidade recomendada para aquisição de bens e serviços comuns. O pregão eletrônico oferece ampla concorrência e permite a obtenção do melhor preço por meio de lances online.

Registro de Preços: Essa opção pode garantir a contratação dos produtos de forma ágil e flexível ao longo do tempo. O registro de preços possibilita que a administração pública adquira os itens conforme a necessidade, respeitando os preços previamente estabelecidos em um processo licitatório.

Contratação Integrada: Prevista na nova lei de licitações, essa modalidade permite a contratação conjunta da execução dos serviços e fornecimento dos materiais necessários.

Credenciamento: Embora mais comum para serviços contínuos ou específicos, o credenciamento também pode ser considerado para fornecedores recorrentes de produtos.

ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Após análise das estimativas de preço realizadas, verificou-se que o valor total é de R\$=442529,80 (Quatrocentos e Quarenta e dois Mil e quinhentos e vinte e nove reais e Oitenta Centavos.)

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Após uma análise detalhada, concluímos que a contratação por **Pregão Eletrônico** com julgamento pelo menor preço e utilizando o sistema de registro de preços é solução viável para a aquisição de EPIS para atender o quadro de funcionários da Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas

A escolha da contratação por Pregão Eletrônico, com julgamento pelo menor preço e utilizando o sistema de registro de preços, se justifica por vários fatores.

De imediato, cumpre ressaltar que tal modalidade possibilita a ampla competição entre fornecedores, resultando na obtenção do melhor preço para os produtos ou serviços necessários. Isso ocorre por meio de lances online, garantindo eficiência e economia na contratação.

Por meio deste processo, diferentes empresas têm a oportunidade de participar e oferecer seus produtos ou serviços, o que viabiliza a escolha do fornecedor de maneira justa e transparente, garantindo a seleção da melhor proposta pelo menor preço.

Em contrapartida, este estímulo entre os fornecedores permite que a administração pública pode escolher a proposta que apresente o menor valor, garantindo a economia na contratação e a utilização eficiente dos recursos públicos.

O Pregão Eletrônico, aliado ao sistema de registro de preços, proporciona eficiência e economia na contratação. Com a utilização de recursos digitais, o processo se torna mais rápido, eliminando custos com deslocamentos e impressões de documentos. Além disso, ao utilizar o registro de preços, a administração pública pode aproveitar as melhores condições ofertadas pelos fornecedores ao longo do tempo, evitando a necessidade de novas licitações e garantindo a otimização dos recursos públicos.

JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

O parcelamento de compras em licitações é uma prática que visa atender as necessidades da Administração Pública de maneira eficiente e alinhada com os princípios da economicidade e da gestão responsável de recursos.

No presente caso, a solicitação de uma quantidade elevada de itens, em sua totalidade, apresenta desafios operacionais e logísticos, considerando que não há capacidade para armazenamento adequado (ausência de estoque disponível) e que a utilização dos itens ocorre de forma gradativa ao longo do período de vigência do contrato.

No caso concreto, o fracionamento das entregas permite que os itens sejam fornecidos de acordo com a demanda real, evitando problemas como:

1. **Desperdício:** A entrega total poderia gerar perdas, especialmente se os itens possuírem validade limitada ou condições específicas de armazenamento.
2. **Armazenamento inadequado:** A falta de espaço físico e condições apropriadas para estocagem comprometeria a conservação e utilização dos itens.
3. **Economia e gestão eficiente:** O parcelamento possibilita um fluxo de caixa mais equilibrado, evitando a imobilização de recursos financeiros em um único momento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

4. Atendimento gradual às necessidades: Os itens são recebidos e utilizados de acordo com o planejamento e a execução das atividades, o que otimiza o uso dos recursos e reduz custos indiretos.

Diante do exposto, a opção pelo parcelamento das entregas é indispensável para garantir a eficiência administrativa, a economicidade e a preservação dos bens adquiridos, sem comprometer a execução das atividades da Administração Pública.

PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação pretendida haverá necessidade de providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual (art. 9º, inciso XI da IN 58/2022).

O Secretário Municipal operará em estrita conformidade com os princípios que regem a Administração Pública. Neste sentido, cada Secretário da pasta assumirá o papel de gestor do contrato e indicará um servidor público municipal de sua pasta para assumir o papel de Fiscal de Contrato, encarregando-se de zelar e observar as normas vigentes do contrato. É crucial que, tanto o Gestor de Contrato quanto o Fiscal de Contrato, estejam plenamente cientes do conteúdo do Decreto Municipal N° 09/2024, o qual aborda questões pertinentes ao seu papel e responsabilidades nesta função.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Sim

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Conforme a natureza do objeto que se pretende adquirir, será necessário que o licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores e à política de sustentabilidade ambiental.

As práticas a serem adotadas garante o cumprimento da legislação e a utilização de materiais mais sustentáveis, mas também promove práticas de responsabilidade social e ambiental, contribuindo para a redução dos impactos ambientais e para o desenvolvimento sustentável. Essas exigências ajudam a preservar os recursos naturais, reduzir os resíduos e promover uma cultura de consumo consciente e responsável, alinhada com as necessidades da sociedade e as metas globais de sustentabilidade.

VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante da análise dos aspectos legais, orçamentários e operacionais, concluímos que a contratação para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os servidores da Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas é viável e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

necessária. A contratação se justifica pela necessidade de garantir a segurança e a saúde dos servidores, conforme estabelecido pela Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6) do Ministério do Trabalho, que obriga a oferta de EPIs adequados aos trabalhadores.

Além disso, o fornecimento dos EPIs adequados pode minimizar os riscos de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, contribuindo para a redução de afastamentos e custos com tratamento de saúde, o que gera uma economia a longo prazo. A viabilidade orçamentária deve ser analisada dentro das disponibilidades previstas no orçamento municipal, com a devida alocação de recursos, e caso necessário, ajustes financeiros podem ser realizados para garantir a aquisição.

A contratação deve ser realizada em conformidade com a legislação vigente, com a realização de processo licitatório adequado, garantindo a escolha de fornecedores que atendam aos requisitos técnicos e legais, e garantindo que os EPIs fornecidos possuam a devida certificação de qualidade. Com isso, a aquisição de EPIs não só é viável, mas também é essencial para a proteção dos servidores e para o cumprimento das obrigações legais da Prefeitura.

Portanto, a contratação para a aquisição de EPIs é uma medida fundamental para assegurar o bem-estar dos servidores municipais e para promover um ambiente de trabalho seguro e em conformidade com as normas de saúde e segurança ocupacional.

Secretária Municipal de Administrativa
Gestor de contrato : Debora Regina da Cunha Rocha
Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar

Fiscal de Contrato
Paula Generoso Lima Simões